

MARIA VERÔNICA DE MORAIS BATISTA

ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL: 1951/60
(UMA INTRODUÇÃO A SEU ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO)

Dissertação apresentada à Coordenação
do Curso de Mestrado em Economia -
Área de Concentração em Economia Ru-
ral - do Centro de Humanidades, Uni-
versidade Federal da Paraíba, Campus
II, para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador:

ELBIO TROCCOLI PAKMAN

- Doutor em Economia -

Campina Grande - (Pb), novembro de 1984.



B333a Batista, Maria Verônica de Moraes.
Abastecimento alimentar no Brasil : 1951/60 (uma introdução a seu estudo sócio-econômico) / Maria Verônica de Moraes Batista. - Campina Grande, 1984.
115 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1984.
"Orientação : Prof. Dr. Elbio Troccoli Pakman".
Referências.

1. Alimentos - Aspectos Econômicos - Brasil 2. Economia Rural - Brasil. 3. Alimentos - Abastecimento - Brasil. 4. Dissertação - Economia. I. Pakman, Elbio Troccoli. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 32:641(81)(043)

ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL: 1951/60
- Uma Introdução a seu Estudo Sôcio-Econômico -

MARIA VERÔNICA DE MORAIS BATISTA

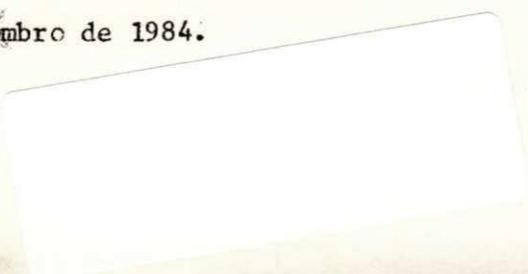
DISSERTAÇÃO APROVADA EM:

Prof. PAULO NAKATANI
Doutor em Economia
Presidente da Banca Examinadora

Prof. PAULO ROBERTO CAMPANÁRIO
Doutor em Demografia Econômica
Membro da Banca Examinadora

Prof. ELBIO TROCCOLI PAKMAN
Doutor em Economia
Orientador e Membro da Banca Examinadora

Campina Grande (PB), novembro de 1984.



S U M Á R I O

<u>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO</u>	1
1. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SOB O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIALIZANTE - 1951/60	1
2. OS ABASTECEDORES DO MERCADO INTERNO E O PERFIL DA DEMANDA ALIMENTAR.	5
3. A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO	7
4. MÉTODO DE TRABALHO	11
 <u>CAPÍTULO II - UMA ABORDAGEM AMPLA E COMPLEXA DA QUESTÃO DO ABASTECIMENTO</u>	 15
1. SOBRE O CONCEITO DE ABASTECIMENTO	15
2. O LUGAR DO ABASTECIMENTO NA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA	17
3. O ABASTECIMENTO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA SOB BASE URBA NO-INDUSTRIAL	20
4. O ESTADO E O PLANEJAMENTO FACE ÀS EXIGÊNCIAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALIS TA	24
5. O INTERVENCIONISMO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	29
6. O PERFIL DO CONSUMO E O PLANEJAMENTO DE SUA SATISFAÇÃO	33
7. PLANEJAMENTO E ABASTECIMENTO NO BRASIL	35
 <u>CAPÍTULO III - AS FASES EVOLUTIVAS DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL E SUAS POLÍTICAS</u>	 41
1. AS TRÊS GRANDES FASES DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL	41
2. O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICO DAS POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO NOS ANOS CINQUENTA	43
3. AS POLÍTICAS AO SERVIÇO DOS INTERESSES DO SETOR URBANO-INDUSTRIAL ..	46
 <u>CAPÍTULO IV - O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951/54): AS BASES DA INFRA- ESTRUTURA E DAS NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E O BARATEAMEN- TO DO SUPRIMENTO ALIMENTAR</u>	 50
1. A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO PAÍS	50
2. A (RE)ORIENTAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA DA ECONOMIA	52
3. A AGRICULTURA E O ABASTECIMENTO	55
4. AVALIANDO O ABASTECIMENTO	59
 <u>CAPÍTULO V - O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-60): A INDUSTRIA- LIZAÇÃO PRÓ-IMPERIALISTA, URBANIZAÇÃO E COMPRESSÃO SALARIAL</u>	 64
1. A MUDANÇA DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO	64
2. O FINANCIAMENTO DO NOVO MODELO DESENVOLVIMENTISTA	67

3. O INTERRELACIONAMENTO ENTRE OS DEPARTAMENTOS I, II e III NO NOVO MODELO	73
4. INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E MERCADO INTERNO	75

CAPÍTULO VI - A ADAPTAÇÃO GEO-SOCIAL DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR:

(1956-60)	79
1. AS VIAS DE AUMENTO E REGULARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ALIMENTAR	79
2. A INFRA-ESTRUTURA, COMO ÚNICO APOIO À ACUMULAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	82
3. A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA E NA PRODUÇÃO ALIMENTAR	85
4. AS TRÊS FONTES DA PRODUÇÃO ALIMENTAR	86
4.1 - A Exploração Intensiva	87
4.2 - A Fronteira Externa	88
4.3 - A Fronteira Interna no Nordeste	95
5. A PEQUENA PRODUÇÃO E SEUS EXCEDENTES ALIMENTÍCIOS	99
6. SÍNTESE CONCLUSIVA	103
BIBLIOGRAFIA	110

ANEXOS:

TABELA I - <u>CONSUMO ALIMENTAR DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DE AZEITE.</u>	114
TABELA II - <u>PREÇO DOS PRINCIPAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (EM OUTUBRO DE 1952)</u>	115

APRESENTAÇÃO

A problemática do tema aqui tratado surpreendeu-me pela sua complexidade e pelas formas diversas como é abordado e analisado, o que obviamente aponta para as dificuldades de seu estudo. Porém, acredito haver superado um pouco minhas enormes deficiências teóricas na tentativa de levar a cabo essa tarefa. Minha satisfação interior, portanto, pode até ser superior à que deveria suscitar o feito. Guardo, assim mesmo, um sentimento gratificante por essa conquista, a qual gostaria que se transformasse em estímulo à continuidade do estudo da problemática em questão.

O começo do meu interesse no tema do abastecimento, coincide com minha entrada no Curso de Mestrado em Economia, sendo avivado durante um período de oito meses de trabalho junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, da Paraíba, quando tive acesso à CEASA-Campina Grande, despertando-me vivo interesse por conhecê-la em certa profundidade. Quando então enveredei na caminhada científica buscando a definição do objeto de estudo, tive que partir do abastecimento enquanto questão geral e historicamente determinada. Nesse passo metodologicamente necessário, porém preliminar, fiquei por preferir deter-me numa melhor apreensão da complexidade sócio-econômica do abastecimento. Com essa nova opção pretendo cumprir o compromisso acadêmico junto ao Mestrado. Dela também resultou a redefinição das idéias e a aquisição de maior maturidade para o estudo do tema para períodos históricos posteriores.

A ajuda do orientador, Professor Elbio T. Pakman, foi decisiva, tanto no referente à criteriosa leitura e avaliação do esboço inicial de idéias dispersas e desconexas, bem como na fase de elaboração de cada capítulo e finalmente na última etapa. De importância foram algumas discussões e opiniões do Professor Nilson Araújo de Sousa, em torno de uma versão preliminar, enquanto ajuda na definição mais precisa do objeto de estudo. O apoio do Professor Paulo Nakatani representou significativa contribuição na discussão mais adequada de questões teóricas e na delimitação temporal. A todos eles meu sincero e profundo agradecimento, pela contribuição positiva e por terem me alertado a não empreender no momento passos mais largos, para os quais, reconheço, não estou ainda preparada.

Considero gratificante e marcante minha convivência com a colega Maria Goretti Serpa Braga, numa mesma sala e enfrentando ao mesmo tempo uma luta similar à minha na elaboração da sua dissertação. A amizade, a ajuda e o companheirismo de Alunilda Janúncio de Oliveira, em momentos finais de muito cansaço e tensão, foram de inestimável valor. Agradeço ainda, às colegas Marta Maria Van der Linden, Fátima Marreiro e a Lúcia M. G. de Carvalho, por suas presenças e incentivo em momentos importantes desse empreendimento.

A autora.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SOB O DESENVOLVIMENTISMO INDUSTRIALIZANTE: (1951-60).

A expansão da produção alimentar no Brasil dá-se até a década de cinquenta, sem maiores pressões por parte do setor urbano-industrial e sem o estímulo direto do Estado. Dessa forma, a dinâmica do abastecimento interno não recebeu interferência significativa alheia à própria organização agrícola, engajada na produção alimentar, embora decerto tenha se beneficiado de vários estímulos indiretos. Estes afluíam nas "brechas" deixadas pela grande exploração agrícola de exportação, nos períodos de crise desse setor, assim como nos espaços de tempo compreendidos entre o declínio de um ciclo econômico e a fase expansiva do seguinte. É aí onde a produção alimentar aproveita para se expandir e se projetar provisoriamente, como alternativa emergencial diante das fases de conjuntura adversas pelas quais, periodicamente, atravessa a economia do País.

Nessas ocasiões, as propostas apresentadas pelo Governo, visando enfrentar as dificuldades na área do abastecimento e da agricultura em geral, costumavam considerar, de fato e quase somente, apenas o lado técnico da questão. Nesta perspectiva, o problema do abastecimento consistia na insuficiência da quantidade de alimentos produzidos e, conseqüentemente, a solução radicaria apenas no aumento da produção e da produtividade¹.

1 - Somente a partir dos anos sessenta, as políticas econômicas oficiais destinadas à agricultura priorizam o aumento da produtividade. Essa ocorrência deve relacionar-se diretamente à significativa expansão do processo agroindustrial que desde a década de sessenta toma ímpulso no Brasil.

Este quadro alterou-se a partir dos anos cinquenta, mais precisamente, a partir de fins da Segunda Guerra Mundial. Surgiram, assim, pressões externas à agricultura, gerando efeitos relevantes na reorganização da produção alimentar, especialmente àquela voltada para o mercado interno. Este fenômeno novo estava diretamente associado ao surgimento de crescente excedente populacional que, quando não era absorvido no processo produtivo urbano-industrial, deslocava-se para outros espaços da economia rural, especialmente através da abertura de fronteiras agrícolas.

Sob a ótica estritamente econômica, o grande impulso que a economia brasileira teve durante e a partir da década de cinquenta, deveu-se à maior relevância que o setor industrial ganhou nessa década, atingindo inclusive a fase monopolista de desenvolvimento capitalista, ao menos na parte "capitalisticamente" mais avançada do País. Isto significou maior contribuição desse setor na formação da renda nacional, em termos relativos e absolutos. Tal fato implicou, ao mesmo tempo, na menor importância relativa da agricultura, devido a que sua contribuição para a formação da renda interna, em termos proporcionais, passou a declinar.

A atividade agrícola de exportação perdeu em influência econômica e social. A demanda externa enfrentou baixa conjuntural, enquanto que não havia incentivos econômicos suficientes que provocassem realocações significativas de recursos produtivos humanos e materiais para a exploração agrícola capitalista voltada para o abastecimento interno. Em contrapartida e como nova característica estrutural dessa evolução econômica, o segmento agrícola camponês que, historicamente, tinha contribuído substancialmente para o suprimento interno, passou a ser alvo de gran

des expectativas, face à maior dimensão que seu papel adquiriu no abastecimento urbano de alimentos.

No período que tomamos por objeto de estudo, o interrelacionamento dos processos: a) de rápida industrialização; b) de significativo aumento populacional; c) de intensas migrações internas; d) do crescimento das grandes cidades; e) e o de expansão da renda urbana, tiveram por efeito a modificação geral da estrutura de demanda interna, tanto em termos de volume como de conteúdo. A importância disso transparecia, ainda mais, quando ressaltava que a adequação com que essa demanda específica por produtos agropecuários era atendida, estava condicionada, em grande medida, ao crescimento mais ou menos equilibrado da economia como um todo.

O avanço industrial teve também por efeito impor a lógica capitalista no sentido da nova divisão social do trabalho. Nessa divisão, o abastecimento do mercado interno legou à pequena agricultura camponesa, papel destacável. Essa classe produtora conseguiu nos anos cinquenta melhor posição econômica, sem porém perder sua identificação, e mesmo mantendo o "status". A realocação espacial de boa parte desses produtores de alimentos, através da expansão da fronteira agrícola, estava associada à maior inserção no mercado, que se manifestava na colocação de quantidade maior da produção à venda, auferindo, portanto, uma elevação na renda monetária com maior regularidade. A reorganização da produção camponesa no sentido de passar a cumprir as funções de auto-reprodução e de abastecimento alimentar urbano - principalmente dos estratos sociais de baixa renda - fez-se fundamental à aceleração da acumulação capitalista.

Decerto que a questão da evolução do abastecimento alimentar, em sua estreita interrelação com o processo de indústria

lização, necessariamente tornava-se alvo de grande atenção. O ritmo da industrialização em marcha, desde então, passou obviamente a depender também, de forma cada vez mais marcante, da performance do abastecimento alimentar, enquanto ponto de apoio indispensável. Isto devia-se à maior relevância que começava a adquirir a exigência da regularidade do abastecimento, principalmente como pré-requisito para melhor sustentação das bases produtivas do capital. Este requeria continuamente a oferta de alimentos (assim como de matérias-primas) a preços condizentes com a política salarial (e com os custos de produção industrial em geral) de modo que o modelo de acumulação não encontrasse barreiras quanto aos níveis de lucratividade e de capitalização.

A partir de então, o Estado passou a encarar o abastecimento alimentar como ponto prioritário dentro das políticas de planejamento, pelo fato de se ter tornado elemento de sustentação indispensável à acumulação capitalista no Brasil.

Desse modo, há que se considerar a ampliação da agricultura camponesa, para atender ao aumento da demanda derivada do crescimento do contingente populacional urbano, como imperativo do modelo de desenvolvimento vigente. Porém, a estrutura fundiária concentrada, mantida pela nova dinâmica econômica, entrava a expansão da produção de alimentos. Frente ao obstáculo da propriedade privada (isto é do monopólio) da terra, a saída encontrada foi a da ocupação de novos territórios, deslocando as fronteiras agrícolas. Para implementar esta prática implantaram-se vigorosos programas de criação de infra-estrutura (rodoviária e de armazenamento). Portanto, as políticas destinadas à ampliação dessa agricultura passaram, a partir da década de cinquenta, a viabilizar a incorporação de novas terras para a exploração de culturas alimentares.

2. OS ABASTECEDORES DO MERCADO INTERNO E O PERFIL DA DEMANDA ALIMENTAR

Nesse mesmo tempo verificou-se a consolidação da interligação crescente das várias partes do mercado interno que - a partir dos anos vinte, com significativo impulso - haviam se de desenvolvido separadamente. Ao mesmo tempo ocorreram os primeiros surtos industrial-urbanos de maior importância no Brasil.

Em decorrência dessa estruturação do mercado interno, gerou-se uma demanda quantitativa e qualitativamente diferenciada. Em virtude dela foram dados os passos mais firmes e ativos, das autoridades governamentais, na regulação e orientação do a bastecimento alimentar do mercado, particularmente de sua parte urbano-industrial. Isto se fez através da ação do planejamento econômico governamental, tanto na regulação da distribuição quanto ativando o setor agrícola produtor para o mercado interno, em franca consolidação. A orientação foi a de melhorar o desempenho produtivo, para assim poder regularizar o abastecimento urbano-industrial. Nesse sentido é que se estimulou a ocupação da fronteira agrícola, para produzir essencialmente cereais, alimentos de grande importância na dieta das classes populares urbanas.

Há evidências de ter ocorrido certa mudança na composição da oferta de produtos oferecidos pela unidade de produção camponesa em termos de variedade da parcela comercializada. No primeiro momento, até os anos cinqüenta, essa unidade de produção camponesa levava ao mercado (às feiras urbanas) as sobras de tudo o que produzia. Já a partir dos anos cinqüenta, a oferta perdeu em variedade, basicamente sob a influência da nova modalidade de comercialização, mais adequada à nova estrutura de mercado urbano e, em substituição às feiras tradicionais. Essa transformação determinou que o tradicional camponês - inserido nas

grandes unidades de produção de exportação - em sua maioria nas condições de moradores, meeiros ou parceiros, passasse a ser grativamente substituído pelo camponês situado na fronteira agrícola. Nestas condições sociais de produção, o camponês - arrendatário, posseiro ou mesmo o pequeno proprietário - passou a se caracterizar por certa especialização na produção de grãos para o atendimento da grande massa urbana. Isto não implicava necessariamente, em que o "novo" camponês descuidasse totalmente de uma produção mais variada, destinada especificamente ao autoconsumo: uma parcela da terra onde trabalhava ficava reservada para este fim.

Assim, a partir dos anos cinquentua, o quadro tradicional mudou. A unidade camponesa nordestina agora se estabelecia especialmente na base de arrendamentos e em menor proporção como pequenos proprietários; ambas as formas com incumbência social bem especificada: a de abastecer um mercado mais amplo, onde a parcela maioritária era representada por assalariados de baixo poder aquisitivo, diretamente vinculados ao processo industrial.

Parece-nos que, sob uma expectativa geral de auferir maiores volumes de produção de excedente comercializável, deixou de ser possível manter a produção com caráter de subsistência na mesma proporção anterior. Parece-nos, ainda, que a agricultura camponesa adotou certa especialização, mesmo que de tipo não tradicional: ao invés de passar para a monocultura, quando deixava de produzir grande variedade de produtos - levando para o mercado o que restava de cada um deles após satisfazer suas próprias necessidades, ao nível da mera subsistência - o produtor passou a dividir o tempo e a terra de forma que, em determinado tempo e lugar os dedicasse à policultura para autoconsumo, enquanto noutros espaços de tempo e de terra continuava produzindo alimentos

básicos destinados ao mercado, já com diversificação menor. De fato, os grãos passavam maciçamente a compor o leque de maior oferta alimentar às classes urbanas mais pobres, enquanto outros produtos - ovos, aves, cabritos, suínos, frutas, verduras, legumes etc, que anteriormente também compunham a oferta nas feiras - ficavam reservados para o consumo do próprio produtor camponês. Com isso, as camadas assalariadas e populares urbanas viram sua dieta perder em nível de qualidade.

Essa transformação pode ser associada, a "grosso modo", ao que Castro² denomina de "procura monetarizada de gêneros", a qual difere substancialmente da demanda para o real atendimento das necessidades humanas, na sociedade brasileira.

3. A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO

O conceito de abastecimento alimentar não deve se restringir somente aos aspectos ligados à comercialização de produtos alimentícios. Ao contrário, esse conceito deve abranger as diferentes instâncias interrelacionadas de produção, distribuição e consumo.

Inicialmente, ficamos entusiasmados com a idéia de centrar nossa investigação acerca do abastecimento, no período correspondente aos anos setenta e na atualidade. A necessidade de examinarmos as raízes históricas da forma que o processo alimentar assumia, constituiu limite objetivo a nossa pretensão inicial. A esse problema metodológico juntaram-se os obstáculos técnicos, derivados da amplitude do período histórico a ser examina

2 - Antônio Barros de Castro, em 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Forense, II vol., 1971, p. 175.

do e das questões teóricas que o fenômeno do abastecimento alimentar engloba. Assim sendo, tratar do abastecimento alimentar enquanto questão global e em suas três instâncias interdependentes, requeria a abordagem dos processos de produção, distribuição e consumo alimentar, em suas interrelações, dentro do contexto sócio-econômico-político geral. Por si só, tal empreendimento se traduz numa tarefa por demais extensa e complexa. Essas circunstâncias determinaram que aqui limitássemos o período histórico a ser analisado. Assim, sem abdicar da convicção de que o estudo do abastecimento nos anos setenta e na década atual - que continua ocupando nossa preocupação teórica - é da maior relevância, optamos por analisar apenas o período anterior, referente à década de cinquenta, por entendermos que tal estudo é primordial para entender cada uma das fases posteriores do abastecimento alimentar. O trabalho, assim concebido, está abrindo caminho para o estudo das etapas seguintes (décadas de sessenta, setenta e a atual) que vislumbramos serem bastante interessantes, já que nelas, mais do que nunca, o abastecimento alimentar afirma-se enquanto processo de amplo alcance social.

Fundamenta nossa preocupação pelo processo contemporâneo de abastecimento alimentar, uma reflexão acerca do contexto sócio-econômico-político das últimas décadas, quando duas questões vêm à tona, atraindo nossa atenção: o avanço do capitalismo - com nítidos traços monopolistas - no País e a nova dimensão que começa a adquirir a atuação do Estado.

Na década de setenta, a economia brasileira evoluiu sob a acumulação capitalista com claros contornos monopolistas e ligações imperialistas de dependência. O início deste movimento pode ser encontrado no desenvolvimento dos anos cinquenta, mais precisamente naqueles em que o Presidente Juscelino Kubitschek go

vernou o País. O exposto levou-nos a estipular a década de cinquenta como marco inicial para um estudo mais acurado da problemática do abastecimento, precisamente por permitir evidenciar os novos e principais elementos que condicionaram a dinâmica posterior do abastecimento. Foi então que começaram a ser instauradas todas as bases institucionais e econômicas para a modificação das condições de evolução: a) da agricultura, em especial, da de mercado interno; b) da estrutura de demanda e c) da estrutura de distribuição. Portanto, neste estudo nos detivemos ao momento de fecundação dessa nova qualidade que o processo do abastecimento ganhava, ampliando-se, readequando-se e consolidando-se em prol do processo geral de acumulação de capital, em particular de seu setor industrial. Neste sentido, as transformações verificadas no período em estudo são cruciais na determinação da dinâmica recente da economia brasileira, assim como das questões referentes ao abastecimento. Entre os anos cinquenta e sessenta, observamos a constituição e expansão, no Brasil, de novo padrão de acumulação. Este assentava suas bases numa estrutura produtiva de corte nitidamente oligopolista, controlada em seus principais ramos pelo capital estrangeiro.

Outro fato que na época, se destacou, foi o da mudança qualitativa da intervenção do Estado. Por um lado, iniciou-se a prática sistemática do planejamento a nível federal (consubstanciado nos planos nacionais de desenvolvimento econômico) enquanto que, por outro, a intervenção estatal realizou-se não só na expansão da infra-estrutura (energia, comunicações, transportes, armazenagem etc.) mas também na incorporação ativa do Estado como produtor de mercadorias, mediante a criação de poderosas empresas públicas. Assim aparecia o Estado como objeto de atenção privilegiada, à medida em que era quem direcionava o processo

econômico, em simultâneo com a regulação dos processos políticos e sociais, em particular os relativos à distribuição da renda e à reestruturação fundiária, tão importantes para a questão da qual ora nos ocupamos.

Entendemos que, no período de estudo considerado - que vai de 1951 a 1960³, abrangendo os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistcheck - foi possível observar como a industrialização capitalista levava a economia à etapa monopolista. Foi aí que a esfera do abastecimento alimentar iniciou sua reestruturação no setor produtivo e no sistema de distribuição de alimentos, face às transformações da demanda urbano-industrial e em virtude da ampliação do mercado interno.

A expansão econômica de fins dos anos sessenta e início dos setenta, acompanhou-se de mudanças no perfil da produção agrícola, a qual tendeu a priorizar as culturas exportáveis em detrimento das alimentares. O aumento da demanda por produtos alimentícios resultante do aumento do volume da renda urbana, começou a não encontrar oferta suficiente, acarretando elevação dos preços. Outros fatores decorrentes da expansão econômica, assim como do padrão global de acumulação, contribuíram para o descompasso crescente entre a oferta e a demanda de alimentos. Isto se configurou em seguida numa crise de abastecimento que ao longo do tempo prolongou-se sob variadas formas. Entretanto - como já as

3 - Conforme Octávio Ianni em Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, p. 141, o período de transição entre a deposição de Getúlio Vargas, em agosto/1954 e a posse de Juscelino Kubitscheck em janeiro/1956, foi caracterizado por uma crise política. Nesse mesmo tempo o Brasil foi governado pelo Vice-Presidente João Café Filho, o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz e o Presidente do Senado, Nereu Ramos. Diante dessas mudanças administrativas num reduzido espaço de tempo, não foi possível mudanças de ordem econômica significativas, por isso não nos ocupamos desse período no presente trabalho.

sinalado - optamos pelo não aprofundamento do estudo nessa direção. Nesta fase de nossos estudos sobre a problemática levantada, preferimos analisar o período no qual a grande novidade era a nova dimensão e importância que a agricultura de mercado interno passava a merecer por causa de seu papel no abastecimento do setor urbano-industrial.

Esta opção na determinação do objeto de estudo permitiu um maior detalhamento do período considerado, o que servirá de base à análise das raízes da atual problemática do abastecimento alimentar, que se remontam ao modelo de acumulação configurado nesta fase da economia brasileira.

4. MÉTODO DE TRABALHO

A problemática escolhida como objeto de estudo foi sumamente ampla e complexa e nós acreditamos ter plena consciência disso e do que nossa escolha implica. Esses fatos nos levaram a preferir um método de análise adequado à referida problemática. Em nosso trabalho a pesquisa bibliográfica teve peso decisivo e a tarefa de optar pelo material e informações adequadas tornou-se fundamental. Porém, muito mais importante do que isso para nós tem sido o grande esforço de reflexão e interpretação das informações e concepções disponíveis. Neste sentido optamos pela pesquisa calcada no acervo bibliográfico sobre o tema, considerando que os trabalhos teóricos nos quais nos apoiamos refletem a realidade empiricamente comprovada. Se bem que esta abordagem nos afaste de um eventual trabalho empiricista, queremos salientar nosso esforço para não cair na armadilha anticientífica da especulação academicista. Com a consciência desse perigo resta, apenas, saber se efetivamente, conseguimos evitá-lo. Cabe ao leitor apreciar até que ponto foi feliz ou infeliz nossa tentativa.

Para a consecução de nossos objetivos, procedemos inicialmente ao esclarecimento conceitual do que é abastecimento, principalmente desde o ponto de vista econômico e, inserindo-o no contexto da organização social da produção. Após esta contextualização teórica é que situamos a questão do abastecimento no processo de produção social brasileiro no período 1951/60.

A seleção bibliográfica a ser estudada, foi feita atendendo a preocupação de escolha de obras que tratassem de economia brasileira, que incluíssem também referências à problemática do abastecimento alimentar no período abordado, haja visto a escassez de elementos para o estudo que desejávamos fazer sobre o fenômeno do abastecimento com exclusividade e na abrangência com que pretendemos fazê-lo aqui. Tivemos o cuidado de considerar, também, os trabalhos de estudiosos, preocupados, embora que de forma secundária, com a questão em pauta.

Para inserir o abastecimento no processo sócio-econômico, no período referido, demos vários passos interrelacionados.

Primeiro abordamos os modelos de desenvolvimento econômico dos governos de Vargas e Kubitscheck. Para isso, partimos da interpretação dos planos daqueles governos e da revisão bibliográfica geral acerca da evolução econômica brasileira, para daí fazermos a análise interpretativa que nos possibilitou situar a problemática no devido contexto.

Simultaneamente ao exercício interpretativo, procedemos à seleção das variáveis e elementos que ao nosso entender - estavam mais diretamente relacionados com a análise do abastecimento alimentar, naquele período histórico.

Como elemento da maior importância, destacou-se o Estado planejador, na execução de políticas de desenvolvimento econômico.

mico, assim como no papel de agente produtor. Outra variável destacável foi a do crescimento demográfico, que nos marcos em que se efetivou provocou processo de efeitos sucessivos, em que os fluxos migratórios registrados indicaram o deslocamento populacional para o setor urbano-industrial e para a produção social alimentar nas terras de fronteira agrícola.

Observamos que as políticas do planejamento estatal, no geral, favoreceram a acumulação capitalista. Investigamos os efeitos das correntes migratórias do campo para as cidades, - mais especificamente sob condições das políticas salariais oficiais - destacando que a produção estatal de infra-estrutura de transporte e armazenamento tiveram significativo peso na acomodação de migrantes nas novas frentes agrícolas.

Além de examinar a abertura de novas fronteiras agrícolas, procedemos à identificação das políticas salariais, pelo fato de se constituírem, naquele período, variáveis de explicitação, de um lado, do nível de concentração da renda na economia urbana, e de outro, da manutenção de elevada concentração fundiária.

Considerando o quadro acima referido (de concentração da renda e da estrutura fundiária) foi que relacionamos o abastecimento alimentar com a formação do mercado interno alimentar e a produção de gêneros alimentícios. Nesse sentido, passamos a dimensionar o mercado interno não somente associando-o ao aspecto quantitativo (dos fenômenos relacionados com o crescimento demográfico sob base urbano-industrial) mas, sobretudo, observando que sob a determinação da distribuição social da renda, aflorava, também, o aspecto qualitativo.

Após detectar o encadeamento existente nos níveis de

concentração social da renda e da terra passamos à averiguação específica dos espaços sócio-econômicos do abastecimento, enquanto consumo (demanda), produção (oferta) e distribuição alimentar, e de sua dinâmica, na expectativa de identificar seus interrelacionamentos no processo de acumulação industrial de capital.

Para cada fase do período estudado traçamos grandes linhas do perfil da demanda, tendo já a clareza de que o mercado interno deverá ser considerado, simultaneamente, em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Esta demanda apareceu, assim, condicionada aos respectivos níveis aquisitivos das diferentes classes sociais, possibilitando sua compartimentalização face à diferenciação qualitativa e quantitativa do consumo.

O mapeamento sumário da produção alimentar visou melhor caracterização da oferta. Isto foi feito através da identificação das causas e das origens dos contingentes populacionais que se assentaram na fronteira agrícola, à medida em que iam se estendendo. Já a consideração dos fatos sócio-econômicos que se fizeram presentes na determinação dos fluxos migratórios dirigidos para a fronteira, tornou possível a análise mais aprofundada até na vinculação com o processo geral de acumulação capitalista no País.

Abordando as formas de distribuição social alimentar, pretendemos destacar os novos elementos que estavam na dinâmica sócio-econômica dominante e que, no período examinado, imprimiam nova face ao mercado alimentar. É precisamente a correta compreensão deste processo, que servirá de chave para entender a evolução da problemática do abastecimento alimentar nos períodos posteriores.

Finalmente, a meditação sobre todas as questões colocadas e em especial o esforço de compreensão global e de interpretação dos fatos e processos consignados ao longo do trabalho, que talvez sejam a parte melhor do trabalho, devem levar às correspondentes conclusões.

CAPÍTULO II - UMA ABORDAGEM AMPLA E COMPLEXA DA QUESTÃO DO ABASTECIMENTO

1. SOBRE O CONCEITO DE ABASTECIMENTO

Enquanto conceito abstrato, o abastecimento representa o ato de suprir algo com alguma coisa. Esse fornecimento, apresenta-se como necessário ao funcionamento e/ou desenvolvimento de algum elemento responsável pela dinâmica de um processo. Isso se dá em múltiplas esferas do mundo animado, no plano biológico ou na vida social. Assim, por exemplo, diversas formas de energia são postas a serviço das diferentes modalidades de vida, sejam estas de natureza animal ou vegetal. Vale dizer que tanto a vida vegetal como a animal necessitam do suprimento de energias apropriadas a seus processos vitais. Essas energias, por sua vez, decorrem da transformação expressa dos alimentos absorvidos por esses corpos viventes e constituem uma condição "sine qua non" de sua própria existência.

Isto posto, torna-se evidente que o ato de abastecer, significa necessariamente o atendimento de uma necessidade vital de um sistema. Então, trata-se sempre de suprir algo com alguma coisa que está precisando, isto é, do atendimento às necessidades, através do ato de abastecimento.

Trazendo esse raciocínio ao campo econômico e social, verifica-se que o homem tem necessidades físicas e mentais. Dentre as primeiras a fundamental é a de se alimentar. A organização do trabalho pelo homem para a conquista social de alimentos, constitui-se no principal ponto de diferenciação do homem em relação às demais espécies de animais. Portanto, a produção alimentar constitui-se numa característica de racionalidade humana.

As sociedades econômicas, se vêem constantemente aperfeiçoadas ao longo do tempo, através do avanço da divisão social do trabalho, concretamente por meio do contínuo melhoramento da alocação de recursos humanos. Estes, são alocados ora nas atividades denominadas rurais, ora nas rotuladas como urbanas, que no fundamental são, respectivamente, atividades criadoras de bens agropecuários e atividades produtoras de bens manufaturados e de serviços. Para que o sistema funcione normal e fluentemente, é mister o entrosamento dessas diversas esferas, através de relações de intercâmbio, que são no fundo relações de suprimento recíproco.

Assim, vemos que o abastecimento é vital para a existência de tais sistemas em interação com o meio, seja qual for o seu nível. Somente se satisfeita essa necessidade básica, é que o homem se realizará enquanto ser vivente. Desse ponto de vista, o homem só encontrará razão de ser quando, organizado socialmente através da divisão do trabalho; produz (troca e, finalmente, consome) os bens de que necessita para sua reprodução. A fim de que este processo transcorra de forma contínua e equilibrada, organiza os fornecimentos necessários ao abastecimento.

À medida que uma sociedade se torna mais avançada, impõe-se uma maior divisão social do trabalho. Observando desde o ângulo que aqui interessa, teremos, de um lado, os homens que produzirão alimentos, e do outro, os homens que produzirão os demais bens para a sociedade, que embora sejam também necessários para atender as outras necessidades humanas, não são no entanto, indispensáveis para a pura sobrevivência dos indivíduos como tais. Desse ponto de vista é possível proceder à separação dos membros da sociedade, segundo seu papel no abastecimento, em fornecedores

e consumidores de alimentos, divisão que eminentemente, supõe uma inter-relação dialética entre os dois polos. Entretanto, sob a perspectiva da produção social em geral, os sujeitos econômicos são ao mesmo tempo produtores e consumidores.

2. O LUGAR DO ABASTECIMENTO NA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

É à luz dessas observações que passamos a abordar a problemática do abastecimento alimentar para as populações urbanas em nosso país, enquanto importante elo do processo de reprodução econômica e social. As considerações sobre o abastecimento alimentar, entendidas como elemento de destaque no conjunto da economia brasileira, representam um passo concreto no caminho da apreensão do efetivo papel que coube à agricultura alimentar brasileira, no período considerado, enquanto fator de desvalorização da força de trabalho, devido a que conseguiu abastecer com alimentos, o mercado interno, a preços condizentes com o perfil de distribuição da renda e com as políticas salariais então em marcha.

O abastecimento constituindo necessariamente, premissa e consequência da dinâmica do processo de produção-distribuição-troca-consumo¹ e envolvendo para sua efetivação questões muito complexas, nem de longe tem sua abrangência limitada apenas à esfera da circulação. Não compreende tão somente a transferência dos produtos através da comercialização das zonas de origem às de consumo, no circuito: produtor - intermediário - consumidor. Com essa visão, reduziríamos - conforme apontam Linhares e Silva²

1 - Uma extraordinária análise desta questão está na parte introdutória do texto clássico, da obra de Marx "Contribuição à crítica da Economia política", São Paulo, Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, 1977.

2 - Maria Yedda L. Linhares e Francisco Carlos T. da Silva, em "História Política do Abastecimento (1818-1974)", Brasília, Ed. BINAGRI, 1979, Parte I.

a questão do abastecimento, aos restritos canais da comercialização, à rede de transporte e, quando necessário, a sua correção na esfera política.

A interdependência dinâmica dos diferentes níveis do processo de produção-distribuição-troca-consumo, conduz para que o abastecimento se desenvolva num incessante movimento, determinado pelas relações sociais de produção que permeiam o processo geral de acumulação capitalista. Em países capitalistas subdesenvolvidos do tipo do Brasil, esse avanço expressa uma organicidade inerente à evolução do processo de desenvolvimento econômico que transcorre sob a dinâmica de uma industrialização oligopolizada e dependente. Como não poderia deixar de ser, nesse processo estão refletidas as características das lutas de classes pela conquista dos meios de produção, que resulta na conformação da história econômico-político-social de cada país.

Uma simples visualização dos diversos momentos do processo de produção-distribuição-troca-consumo, em um período determinado de uma dada economia, possibilita detectar de imediato, como se efetiva a distribuição social dos meios de produção e a base material da produção mesma. Igualmente pode-se assim detectar como se realiza a distribuição do produto, inclusive conforme seu destino: para possibilitar a produção social (é o chamado "consumo produtivo")³.

Ao empreender um estudo concreto, relativo ao abastecimento alimentar, todo pesquisador defronta-se com certas interrogantes evidentes: quando, onde, como, por que e por quem é satisfeita uma determinada demanda, implicando um ato de abastecimento.

3 - Estas colocações partem da análise marxista, a qual assinala que as formas de produção e consumo social constituem a consequência imediata da modalidade de distribuição dos meios de produção.

Para responder a essas questões, com profundidade, e na sua essencialidade, devemos nos reportar às condições materiais e sociais concretas da economia, no que se refere às instâncias da produção, distribuição, troca e consumo. Estas, têm sua ação determinada pela prévia distribuição dos meios de produção que, em última instância, decorrem do resultado da luta de classes pela ocupação dos espaços econômicos na sociedade, vale dizer, pela apropriação dos meios de produção e, conseqüentemente, do produto social.

Desta abordagem abrangente e multilateral resultam algumas conclusões preliminares: a questão do abastecimento, ao englobar a instância da produção, implica na colocação de questões sobre as condições materiais necessárias ao processo produtivo, assim como envolve questionamentos mais diretos (que se somam aos já apontados acima) sobre o que e para quem se produzir; da mesma forma, várias interrogantes surgem da instância da circulação, referentes às condições de transporte, aos canais de comercialização e à rede de armazenamento; e finalmente, na instância do consumo, se manifesta explicitamente o delicado tópico relativo à distribuição social do produto, em estreita interdependência com as condições sociais de distribuição da renda⁴.

As respostas a essas perguntas podem ser encontradas, no caso do Brasil, na relação do abastecimento com o processo de acumulação urbano-industrial, enquanto relação determinante das modalidades assumidas pelo atendimento do mercado interno com a alimentos e matérias-primas.

4 - Conforme Linhares e Silva, ob. cit. p.18, o certo menosprezo ao mercado interno - e por extensão ao abastecimento alimentar às classes populares - expressa a consciência da concentração de renda; a própria aliênação do consumo popular como fator de expansão capitalista nos países dependentes. Nesse raciocínio, no caso do Brasil, o consumo popular não desempenha papel relevante no processo de acumulação, enquanto que pelo contrário, o subconsumo alimentar se tem constituído em fator de acumulação.

3. O ABASTECIMENTO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA SOB BASE URBANO-INDUSTRIAL

Nossa referência ao papel do abastecimento no processo de acumulação urbano-industrial, será feita tentando colocá-lo enquanto instância de produção de bens para o suprimento de matérias-primas e alimentos para a cidade. Entretanto, o abastecimento alimentar terá tratamento mais pormenorizado.

Em função do novo padrão de acumulação forjado nos anos cinquenta, a agricultura organiza sua produção de forma que o processo de industrialização urbana seja facilitado e estimulado da melhor forma possível. Nessa perspectiva, o que fica já estabelecido é o relacionamento agricultura-indústria no qual destaca-se apenas o aspecto de atendimento de necessidades físicas, através do suprimento de produtos agrícolas, para o processo produtivo industrial e o mercado consumidor urbano. Ocorre que a agricultura, na relação de subordinação que passa a vivenciar em uma economia que avança sob égide industrial (mesmo se determinados ramos da agricultura modernizam-se e capitalizam-se, esta não constitui - nem de longe - o setor predominante da economia), funcionará em dependência da lógica da acumulação industrial. No fim, organizará sua produção sob determinadas condições e pressões de forma a facilitar o bom desempenho da indústria. Assim, é que a agricultura de abastecimento interno, em qualquer economia capitalista sob base industrial mais ou menos desenvolvida, deverá produzir habitualmente de forma a contribuir para a diminuição dos custos dos insumos industriais, em particular dos de mão-de-obra, atuando como fator de redução dos custos de reprodução da força de trabalho.

A parte da agricultura que é atrasada, funcionando sob

base camponesa, também contribui nessa direção, na medida em que não opera tendo como norma o lucro (elemento que eleva os preços). Por outro lado, a seção da agricultura que é capitalizada deve perseguir o aumento de sua produtividade a fim de poder reduzir os preços unitários, mesmo mantendo inalterada sua lucratividade geral.

É com esse direcionamento da produção agrícola, que as expectativas urbano-industriais são garantidas. O setor industrial se beneficia diretamente, pelos baixos preços dos insumos materiais de procedência agrícola e indiretamente através da ação sobre os custos de reprodução da força de trabalho. Isto permite a compressão dos salários, com a conseqüente redução dos dispêndios totais das empresas em salários, auferindo assim o aumento da taxa de lucro.

No novo modelo de acumulação implantado nos anos cinqüenta, o abastecimento alimentar, tanto de produtos para consumo "in natura" (normalmente gêneros de primeira necessidade), assim como de alimentos industrializados provenientes das matérias-primas agrícolas⁵, deve ser efetivado a preços condizentes com níveis salariais que atendam às exigências de acumulação do setor urbano-industrial, nas condições sociais e de luta de classes historicamente dadas. Desta forma, a agricultura atende à indústria contribuindo para a acumulação de capital, atuando no sentido da desvalorização da força de trabalho. Aqui fica evidente, como aponta N.A. de Souza, a "concepção de relações intersetoriais, não somente como meras relações físicas, mas sobretudo como relação de valor"⁶.

5 - Estamos nos referindo neste ponto, apenas às matérias-primas para processamento alimentar. Deixamos de lado as matérias-primas agrícolas para outras finalidades (não alimentares), mesmo que também constituam-se produtos para consumo popular.

6 - Nilson Araújo de Souza, em *Crisis y Lucha de Clases en Brasil, 1974/1979*. Tese de Doutorado, Universidade Nacional Autónoma de México, México, julio de 1980, p. 62 (mimeo).

Decerto que em diferentes condições históricas, o abastecimento alimentar (ou mesmo de matérias-primas diversas) pode desfrutar de maiores atenções oficiais e inclusive destacar-se socialmente. Pelo contrário, noutras ocasiões, o abastecimento pode ser depositário de atenções bem menores ou até ser tratado com visível descaso. A maior ou menor atenção dada ao abastecimento pelo setor dominante do sistema sócio-econômico, vai depende necessariamente do grau de desenvolvimento da agricultura de mercado interno, em relação ao desenvolvimento urbano-industrial e da funcionalidade com que aquela atenda este. Nessa relação, está expresso o nível de organização social em geral, ficando também evidenciada a importância social do padrão alimentar.

Nos atuais países capitalistas dependentes, onde o suprimento alimentar mínimo não se encontra garantido para a grande massa assalariada, a esfera do abastecimento passa a ser parte das políticas governamentais desses países, tendo o duplo objetivo de prevenir os conflitos sociais e de direcionar o setor produtivo agrícola, para um esforço geral de atendimento às populações assalariadas engajadas nas atividades industriais. A prática demonstra que a especificidade dessas políticas consiste em que contribuem para garantir, dentro do possível, a compressão dos salários, através da desvalorização da força de trabalho, para assegurar níveis de acumulação cada vez maiores para o capital urbano-industrial.

Sem que simultaneamente se atinja um desempenho da produção alimentar que diminua os preços relativos dos produtos alimentícios, o rebaixamento salarial (para a elevação dos lucros industriais e a conseqüente acumulação) leva de imediato à diminuição do poder aquisitivo e do nível de vida do trabalhador, a

uma queda absoluta quantitativa e em qualidade do nível de consumo.⁷ Esta situação conduz posteriormente a uma desqualificação da força de trabalho e mesmo a sua degradação, em consequência das condições de subconsumo, principalmente alimentar, as quais é submetida.

A manutenção de uma tal situação corrosiva da força de trabalho no Brasil, arrasta-se durante décadas e tem sua explicação maior na existência de um enorme exército industrial de reserva. Este permite ao capital a substituição dos trabalhadores no processo de trabalho por outros subutilizados ou afastados do exercício do trabalho, sob condições salariais inferiores. Mantida essa prática de maneira duradoura, é de se esperar, a médio ou longo prazo, o comprometimento mesmo da qualidade da força de trabalho recriada, em função da deterioração do processo de reprodução social do operário.

Enquanto o padrão de acumulação vai impondo à classe trabalhadora, através da ação dos capitais individuais, uma situação de rebaixamento nas condições de vida, origina (ao reduzir a demanda agregada) simultânea e contraditoriamente dificuldades à realização do conjunto das mercadorias produzidas e, em particular, à própria produção (pelo fato de que a desqualificação da força de trabalho deverá passar a se constituir em um elemento importante na queda da produtividade do trabalho). O fato da deteriorização da mão-de-obra, nessas circunstâncias, de prejuízo ao capital, deve pesar bastante na adoção de medidas para resolver essa contradição. A nosso ver, esta é resolvida mediante o empenho do capital no seu conjunto, através de seu representante, o Estado burguês, passando este a direcionar o desenvol

7 - "A variação nos preços relativos, também constitui uma forma pela qual os salários reais são rebaixados. Como as camadas mais pobres da população gastam grande parte de sua renda na compra de alimentos, o crescimento mais rápido dos preços desses produtos afeta mais fortemente os assalariados que ganham menos". Paulo Nakatani: Salários e Acumulação no Brasil, Campina Grande-Pb, 1983, p. 41, (mimeo).

vimento das forças produtivas para a consecução do objetivo de atingir o rebaixamento relativo de preços e, como colorário, a diminuição do valor da força de trabalho, a qual permite de fato pressionar para a queda dos salários nominais. O rebaixamento salarial porém não costuma ser só de nome (nominal), mas soe ir acompanhado de uma queda real do salário. Esta tentativa de maior exploração deve ser atingida sem que se submeta o trabalhador assalariado a níveis aquisitivos tão baixos que cheguem a ter ameaçada a reprodução da força de trabalho dos assalariados necessários; desdobramento que obviamente não interessa ao capital no seu conjunto. A longo prazo, o capital está interessado na manutenção e na estabilidade de seu sistema de exploração, como demonstra claramente a ação estatal, que visa implicitamente ao cumprimento destes objetivos.

A evolução da acumulação industrial e a determinação dos níveis salariais - pelo menos em tese - deverão obedecer, de certa forma, ao desempenho produtivo alimentar, sob pena de esbarrarem, cedo ou tarde, em convulsões sociais graves. Como isto não é atingido automaticamente através da ação desagregada dos diferentes capitais individuais, o Estado tem que agir, com suas políticas, na tentativa de que o padrão e o ritmo de acumulação não sejam afetados.

4. O ESTADO E O PLANEJAMENTO FACE ÀS EXIGÊNCIAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Embora seja evidente o emprego substancial e ativo de diferentes formas de planejamento estatal nas sociedades capitalistas desde os anos trinta, nosso objetivo aqui é o de examinar a modalidade de planejamento no Brasil, enquanto forma de intervenção na economia, a partir da Segunda Guerra Mundial. Isto de

verã permitir-nos uma melhor compreensão dos processos vivenciados no País, em especial na década de cinquenta.

De uma forma geral, nas primeiras investidas do Estado na economia detectou-se uma prática de caráter limitado, restrita às fronteiras de cada país. O Estado imbuiu-se dos instrumentos de ação indispensáveis ao rompimento de estruturas recessivas internas e externas, enfrentando frontalmente os preceitos irrealistas da política econômica liberal, que em decorrência das crises econômicas foram perdendo terreno, enquanto princípios e eficazes de organização e estabilização da economia. Assim, na década de trinta, o mundo capitalista foi obrigado, primeiro na prática e depois também na teoria, a reconhecer a necessidade de interferência do Estado na reorganização da economia e no relacionamento entre os diferentes agentes econômicos individuais e coletivos, o que por si sô foi suficiente para evidenciar a importância que passou a assumir o Estado na direção da economia.

Entretanto, a intervenção do Estado na condução da economia no pôs-guerra revestiu-se de um caráter de contribuiçõe efetiva ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, sob a égide das grandes empresas multinacionais, para as quais as fronteiras nacionais não se impuseram como barreiras que não pudessem franquear com vantagens, das quais são provas eloquentes os seus índices de lucratividade.

No geral, o planejamento econômico nos Estados capitalistas, principalmente nos mais desenvolvidos, perdeu o carãter quase exclusivamente nacional que tinha nos seus primórdios. Agora o papel do Estado, enquanto agente planejador que visa o direcionamento da economia, concentra-se no cumprimento de funções

ções decisivas ao funcionamento e expansão do capitalismo monopolista⁸. O centro imperialista passa a utilizar o planejamento nacional como instrumento executor dos entendimentos entre as grandes potências ou agrupações imperialistas para a repartição do mundo, dos mercados e das esferas de influência. Assim conseguem expandir-se nos demais países, principalmente através das filiais que se instalam e do domínio financeiro, facilitado pelas políticas entreguistas (de vários países receptores dessas filiais) e de submissão (em matéria monetário-financeira, por exemplo, através do alinhamento às diretrizes do Fundo Monetário Internacional)⁹.

A história do imperialismo, assim como a do desenvolvimento do processo de industrialização nos países periféricos que tomaram um caminho pró-capitalista, a partir da década de cinquenta, expressam a lógica que a acumulação do capital em geral passou a assumir nesse novo contexto da evolução do capital.

O capitalismo depois do segundo confronto bélico mundial, reequipou-se em busca da recuperação dos espaços econômicos perdidos com a crise de 1929 e com as consequências geo-políticas e morais do conflito, passando a assumir uma nova ideologia sob a máscara do "neocapitalismo", da "nova" ou "moderna sociedade

8 - Conforme Iú. M. Chvirkov em O Planejamento Econômico de Estado, Moscovo, Ed. Progresso, 1980, p. 55 e 74, - tais modelos econômicos correspondem ao que se denomina de Capitalismo Monopolista de Estado, quando é concedido ao Estado o estatuto de transformador econômico, cabendo-lhe o papel de "dirigente econômico e servidor público". No entanto, são reservados à burguesia em geral, e aos monopólios internacionais, em especial, todas as posições de controle e os recursos da economia, mesmo apesar do considerável crescimento do setor estatal. Apesar de um setor estatal relativamente grande, este está subordinado aos interesses dos grandes monopólios.

9 - Carlos Lessa e Sulamis Dain: "Capitalismo Associado: Algumas Referências para o Tema Estado e Desenvolvimento", em Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaios sobre a Crise, Vol. I, 3.^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1984. Neste trabalho Lessa e Dain, apontam que as análises referentes à relação entre Estado planejador e o desenvolvimento econômico são apresentadas, a um nível geral e via de regra, sob a ótica das políticas dos países centrais. Os autores citam como exemplo, a teoria keynesiana e o enfoque marxista francês.

industrial", sob a qual se tentou esconder a inalterada essência exploradora do sistema. Iniciou-se uma fase de disputa na área internacional, entre o mundo capitalista e os emergentes países socialistas que despontaram impondo reconhecimento internacional¹⁰.

Um dos recursos a que o Estado burguês se viu forçado a apelar, nos países capitalistas desenvolvidos, foi o do planejamento nas suas múltiplas formas. Em geral, entre as causas determinantes do planejamento econômico nesses países, apontam-se principalmente: a) o novo estágio das forças produtivas: a revolução científico-técnica, que exige inevitavelmente novas formas de gestão da sociedade, a fim de criar condições próprias à satisfação dos interesses da classe dominante; b) o crescente poderio econômico e prestígio político do campo socialista, sensivelmente ampliado nos anos do pós-guerra; c) a organização das massas trabalhadoras dos países capitalistas, em busca de transformações democráticas e contra o arbítrio do capital monopolista¹¹.

Assim, o capitalismo reage ao novo panorama mundial, tentando impor-se novamente. Para isso, planeja com dupla finalidade: primeiro, objetivando adaptar-se às novas condições de existência e luta impostas pelo "desafio político e econômico do socialismo, na tentativa de demonstrar a unidade de objetivos das classes antagônicas da sociedade capitalista"¹² e segundo, para impor sua liderança hegemônica no conjunto

10 - Segundo Chvirkov, ob. cit., o planejamento estatal é utilizado no socialismo com o objetivo de consecução da produção de forma proporcional às necessidades sociais. Sob o capitalismo, no entanto, o Estado burguês passa a utilizar a programação econômica como reconhecimento da necessidade da produção proporcional. Ocorre que sob a propriedade privada, a prática do planejamento só poderá contribuir para a reprodução/ampliação do capital, face aos limites impostos pela distribuição desigual do produto do trabalho entre as diferentes classes sociais, na proporção que detêm maior ou menor quantidade de meios de produção, ou nenhum (a classe assalariada).

11 - Idem, p. 50. Evidentemente, determinantes têm sido os fatores internos, principalmente o do estágio objetivo das forças produtivas, mas não pode ser "negligenciado" o fator externo, já que o planejamento evidenciou-se como uma grande vantagem do socialismo.

12 - Ibidem, p.50

de países subdesenvolvidos, sob o regime capitalista. A luta pela consecução dos dois objetivos, no tempo, incorpora-se à história do imperialismo, como elemento destacável.

A crise econômica de 1929-1933 derrubou estrondosamente os alicerces teóricos neoclássicos que fundamentavam e promoviam a livre iniciativa, o livre jogo do mercado e a auto-regulação da economia. A crise econômica foi acompanhada por um violento colapso não só moral, mas também do pensamento econômico burguês em geral. A teoria keynesiana veio em socorro da economia capitalista com uma nova fundamentação do intervencionismo estatal, enquanto medida indispensável para poder atingir o equilíbrio com o maior nível de emprego possível. A "dinamização" da estática teoria keynesiana original - incluindo na análise os efeitos dos investimentos, não só na demanda agregada, mas também no lado da oferta, através da efetivação dos novos potenciais de produção - esteve na base da expansão das teorias do crescimento que se difundiram no pós-guerra¹³.

A idéia da possibilidade ilimitada de ampliação do nível de consumo, apresentou-se como a grande conquista desse "neocapitalismo", capaz de conseguir a harmonia social e o afastamento paulatino da perspectiva da luta de classes, que em última instância visaria a melhor distribuição possível das condições de produção e, conseqüentemente, do produto social. Tal pensamento encontrou certa fundamentação no fato de que o imperialismo, de posse do novo instrumental teórico e prático, empreendeu

13 - A esse respeito Lessa & Dain, ob.cit., p. 215, assim se posicionaram: "na moderna teoria neoclássica e na teoria keynesiana, o Estado se apresenta sob o ponto de vista pragmático, como substituto do mercado, como depositário e solução para os desequilíbrios do sistema econômico. A intervenção estatal se justifica no sentido de repor a solução ótima de equilíbrio. Sob este prisma, o Estado não é mais que um grande agente planificador, potencialmente dotado de sabedoria plena. Por sua neutralidade, pode combinar uma apologia liberal com uma prática de intervenção estatal".

no pós-guerra sua escalada na programação econômica, sob as mais diversas formas, conseguindo nas décadas de cinquenta e principalmente nos anos 60, um significativo crescimento econômico e um aumento considerável do nível de consumo "per-capta" da população dos países centrais, inclusive da massa trabalhadora. Já a partir dos anos 70, com a retomada da crise econômica, a situação mudou, tanto nos países capitalistas desenvolvidos como também na periferia subdesenvolvida, onde a situação experimentou uma evolução particular.

5. O INTERVENCIONISMO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Nas condições criadas no pós-guerra, uma nova relação se estabeleceu entre os países dependentes e os países centrais, implantando-se um neo-colonialismo tão explorador como o anterior. Para sua escalada além das fronteiras do mundo capitalista desenvolvido, o imperialismo teve que direcionar, por meios quase exclusivamente indiretos, o já inadiável desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo que estavam na sua esfera de influência¹⁴. O intervencionismo estatal, sobretudo sob a forma de planejamento, foi apresentado a esses países como um recurso capaz de solucionar seus problemas, em especial os daqueles que padeciam de um estado de estagnação econômica e que estavam mais marcados pela dependência econômica do setor primário exportador.

Sobre esse processo de investida imperialista no mundo subdesenvolvido capitalista, Santos disse¹⁵:

14 - Por trás desses fatores alguns autores crêem ver a necessidade de manutenção dos altos níveis de consumo atingidos nos países hegemônicos. Para tanto é preciso garantir o ininterrupto crescimento econômico dos países imperialistas, baseado sempre na reprodução ampliada do capital. Neste sentido, dentro da estratégia neocolonialista do imperialismo, os países subdesenvolvidos passam a constituir-se áreas propícias para tal.

15 - Milton Santos, em Economia Espacial, Críticas e Alternativas, São Paulo, Ed. Hucitec, 1979, p. 6.

"A serviço do planejamento, a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir o Estado e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado de desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a composição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas, induzem ao capital estrangeiro a aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, a dependência e a dominação; a dominação através da dependência".

A idéia do uso do intervencionismo estatal, e do planejamento em particular, logo foi amplamente difundida, aceita e transformada em instrumento de ação pelos governos de muitos Estados. Tudo isto transcorreu sob os constantes estímulos imperialistas, principalmente através da prestação de assessoria consultiva e da concessão de financiamentos para tal fim. Através destes elementos principais, o imperialismo levou esses países ao comprometimento com o plano imposto de desenvolvimento do capitalismo.

Os diferentes Estados subdesenvolvidos passam a cumprir um papel estratégico, na medida em que abrem suas portas ao capital estrangeiro, como contra-partida à concessão de ajuda consultiva e de empréstimos por parte dos países centrais. Lessa e Dain¹⁶, ao analisarem a relação entre o Estado e o desenvolvimento econômico na América Latina, nesse período de internacionalização do capital, colocam como especificidade do planejamento estatal, na América Latina, a aliança que o Estado articula entre as filiais do capital estrangeiro e os capitais nacionais. A dinâmica dessas filiais, enquanto fração de um bloco do capital externo com fins de sua valorização, segue as orientações empresariais de suas matrizes. Do dinamismo dos Estados em que se instalam, dependerão as características da articulação com o ca

16 - Ob. cit., p. 216

pital nacional. Por outro lado, dessa mesma aliança vão depender também, as condições para a remessa de lucros e outras formas de transferência de riquezas. Tais condições passarão a refletir o entrosamento da economia nacional com o sistema capitalista internacional, expressando o grau de dependência dessas economias aos países centrais imperialistas.

Considerando-se as condições históricas das economias dos países latino-americanos, em boa medida ainda economias primário-exportadoras que hoje estão em crise, fica evidente o grande interesse dos governos latino-americanos, no empenho da industrialização¹⁷. As condições para efetivar essa industrialização, necessariamente, resultam da forma de articulação que o Estado intervencionista e planejador patrocina entre o grande capital multinacional dos países centrais e a economia nacional e seus capitais.

Os estímulos oferecidos ao capital alienígena, são muito diversificados, destacando-se: os subsídios diretos e indiretos, uma regulamentação servil de preços e salários e facilidades de todo tipo para a implantação de empresas e para formação de (super)monopólios. Isto se verifica também para a criação de conglomerados, que chegam a abarcar ramos produtivos inteiros, no objetivo de se livrar dos concorrentes ou dos potenciais competidores na produção de determinados produtos, possibilitando a obtenção de lucros extraordinários.

Além da orientação do poder público ao favorecimento da entrada de capitais no País, para deflagrar ou acelerar o processo de industrialização, observa-se: a) o aumento da participa

17 - Tem ocorrido freqüentemente que, como é o caso do Brasil, quanto maior o empenho governamental, maiores são as facilidades oferecidas à entrada de filiais estrangeiras, sob articulações também mais desvantajosas aos capitais nacionais, em comparação aos capitais das filiais.

ção direta do Estado nos fluxos de produtos, ingressos e gastos; b) a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas; e c) a ampliação e aperfeiçoamento do sistema monetário-financeiro¹⁸. Isto caracteriza, em boa medida, o recente desenvolvimento econômico dos países dependentes¹⁹.

Quanto ao setor primário-exportador, base anterior de sustentação das economias desses países, passa a amoldar seu ritmo de produção e reestruturação à nova dinâmica urbano-industrial que irrompe e até passa a dominar suas economias.

No Brasil, que também tinha na agricultura de exportação o suporte de sua economia, os diversos ramos de seu setor agrícola ajustam-se sucessivamente, estimulando, ampliando ou mantendo seus níveis de produção, sob bases ora atrasadas, ora modernizadas, de acordo com as necessidades em constantes mudanças do padrão de acumulação urbano-industrial.

Neste sentido, o que passa a despontar como de efetivo interesse para o desenvolvimento urbano-industrial, são as condições da agricultura de abastecimento ao mercado interno. Esta, apesar de figurar nas políticas governamentais de planejamento econômico, como ponto destacado, de fato ainda não tornou objeto de grandes esforços oficiais para garantir, pelo menos, condições efetivas para um abastecimento de certa forma regular. A parte do abastecimento que depende da agricultura sob base camponesa, nem sempre consegue ampliar-se, ao longo do tempo, de forma que possa atender a crescente demanda do mercado interno, mormente em períodos de maiores avanços. Por isso é que esse setor desponta desde então, como problema estrutural. Por isso não pode

18 - Essas funções do Estado bem que caracterizam os Programas de Planejamento Econômico oficiais, no Brasil, a partir de JK.

19 - Francisco de Oliveira, em *Elegia para uma Re(li)gião*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, refere-se a um processo semelhante, no Nordeste, sob a política da SUDENE.

ser resolvido simplesmente através de políticas de alcance limitado e que restringem-se a terapias de superfície, sem chegar a alterar a essência mesma, de tais fenômenos. Daí a ineficiência das políticas corretivas, as quais baseiam-se em medidas superficiais que não resolvem a questão do abastecimento. Tal fato é decorrente dos interesses dos grupos sociais que dominam o Estado burguês, ficando aí caracterizado seu caráter de atendente das exigências do padrão de acumulação industrial.

As diretrizes das políticas mais gerais, mostram-se conflitivas com as determinações específicas do setor do abastecimento. A contradição ressurgue diante do fato de que as políticas gerais privilegiam o processo de valorização do capital, em especial de determinados segmentos do capital, que em geral não coincidem com aqueles diretamente interessados na resolução dos entraves do setor do abastecimento. Sempre que for necessário o capital hegemônico abrir mão dos privilégios diretos de que desfruta, o abastecimento passa a segundo plano. Assim é que, no Brasil, o abastecimento vem se apresentando, cada vez mais frequentemente, como instância problemática, em decorrência da própria configuração hierárquica de interesses do processo de desenvolvimento industrial, enquanto elemento estrutural inerente ao sistema vigente.

6. O PERFIL DO CONSUMO E O PLANEJAMENTO DE SUA SATISFAÇÃO

O processo de modernização nos países subdesenvolvidos, a nível da esfera de consumo, se dá através da sucessiva incorporação (por imitação) dos modelos consumistas criados e inicialmente implantados nos países capitalistas desenvolvidos. É ali onde estão sediadas as matrizes das empresas do grande capital, cu

jas filiais difundem pelo mundo seus padrões de consumo. Os modernos meios de comunicação, também controlados pelo grande capital, assumem rápido e eficiente papel na formação e difusão de tais padrões do consumo, nos diversos segmentos da sociedade. A importação de novos hábitos de consumo, seguem-se, após um tempo ou mesmo simultaneamente, a implantação de empresas com os respectivos modelos de produção e a reestruturação conveniente das já existentes. Mais do que um elevado consumo, trata-se na verdade da criação e fomento de uma ideologia consumista, que se a poderá de significativa parcela da sociedade, mesmo quando somente uma elite possa realizá-la²⁰.

Segundo mostra Santos,²¹ na fase do capitalismo em que a exportação de capital substitui a simples exportação de mercadorias, o sistema capitalista - para o avanço da internacionalização do capital - tem no planejamento, seu principal meio de realização. Junto ao uso de políticas centradas na taxa de crescimento, o conceito de planejamento passa a ser igual que as noções de eficiência e de racionalidade; parte integrante do novo discurso político, que dá especial tratamento ideológico a todo o processo de abertura à penetração e implantação do capital monopolista no mundo subdesenvolvido.

Chvirkov²² aponta vários aspectos relevantes do processo de internacionalização do capital. Sem desconsiderar absolutamente todo o fundo ideológico que está por trás da criação,

20 - No desenvolvimento desta colocação, seguimos o raciocínio de Santos, ob. cit., quanto à prática de importação de hábitos de consumo, em substituição à prática de importação de modelos de produção. Os hábitos de consumo trazem em seu bojo implicitamente, os novos modelos de produção. Trata-se de uma inversão de sequência, com óbvias consequências qualitativas.

21 - Ob. cit., p. 8

22 - Ob. cit. p. 47 a 50.

nos países subdesenvolvidos, do sentimento de necessidade de desenvolvimento, mostra que o Estado tem no planejamento uma opção realmente atraente, enquanto instrumento eficaz para a superação do atraso. Observa porém, que a intervenção do Estado também se impõe diante das condições desvantajosas que os países subdesenvolvidos têm no mercado mundial, fazendo-se necessário intervir na esfera da circulação externa e interna, como forma de superação dos problemas do Balanço de Pagamentos e do abastecimento interno, respectivamente²³.

Assim, o perfil do consumo nos países capitalistas subdesenvolvidos, como nos desenvolvidos, tem sua orientação maior ditada através da máquina publicitária, enquanto que sua satisfação é dirigida por meio da atividade de planejamento, constantemente estimulada e aperfeiçoada pelo Estado.

7. PLANEJAMENTO E ABASTECIMENTO NO BRASIL

Durante o período 1930-45, o Brasil viveu situações críticas, tanto a nível político como econômico. Nesses momentos ocorreu uma grande abertura de espaços para que o governo intervisse em diferentes instâncias e de diversas formas, com amplo alcance social. Nessa investida do Estado, conforme O. Ianni, "tratou-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral"²⁴.

A política econômica do governo nesse período de rupturas estruturais a nível nacional e internacional expressou interesses de diferentes segmentos da sociedade, inclusive pessoas de membros do próprio governo, na reformulação das condi

23 - Chvirikov, ob. cit. p. 163.

24 - Ianni, ob. cit., p. 22 e 23.

ções determinantes da dependência estrutural, sob a qual vivia a economia brasileira²⁵. Durante os anos cinquenta, a transição que ainda se estabeleceu nesse processo, com inúmeras reestruturações internas, tornou o Brasil realmente atrativo à instalação de filiais do capital estrangeiro²⁶.

No último governo de Getúlio Vargas (1950-54), a intervenção do Estado na economia assumiu um caráter que permitiu caracterizar a economia do País, como capitalista de Estado. Isto mediante a amplitude e profundidade do empenho oficial consubi-
tanciado, primeiro, no seu Plano de Desenvolvimento Econômico, e
logo, na sua prática. Perseguiu-se guardar certo equilíbrio no
desenvolvimento de diferentes setores na sociedade como um todo,
sob o impulso reitor dos produtores dos meios de produção e com
a arregimentação e participação decidida do Estado. Ao mesmo
tempo, tal prática expressou interesses amplos de diferentes seg-
mentos sociais, em especial dos pertencentes ao capital nacional,
numa perspectiva de desenvolvimento econômico, sem grandes com-
prometimentos com o capital monopolista imperialista, mesmo sem
absolutamente abrir mão das bases capitalistas do sistema sócio-
político-econômico.

Portanto, mais do que a revisão do intervencionismo es-
tatal no Brasil, interessa-nos a investigação do planejamento es-
tatal. Destaca-se aí o papel do Estado a partir principalmente
do governo de J. Kubitscheck, quando o planejamento estatal da
atividade econômica, diante das mudanças ocorridas na eco-

25 - Paul Singer em A crise do Milagre, 5^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 28, em referência à análise de F. de Oliveira, ob. cit., 1977(a); - coloca que "após a década de trinta, a acumulação de capital no Brasil foi institucionalmente orientada para que uma parte crescente do excedente global produzido pela economia, se encaminhasse às atividades ligadas ao mercado interno".

26 - Essa colocação, deve-se a nossa interpretação do posicionamento de Lessa e Dain, ob. cit., p. 225, a respeito da mesma questão.

nomia, teve necessariamente que assumir novas formas também, na esfera do abastecimento. O Estado, viabilizando a monopolização da economia, que se efetiva em estreita relação com o processo de desenvolvimento econômico nacional, vai assumindo um papel cada vez mais destacado. Nesse sentido, se faz necessário examinar a nova fase da economia capitalista brasileira, na qual os monopólios e o Estado assumem papel protagonista, para assim apreendermos melhor o desempenho do Estado e poder avaliar suas funções enquanto decisivas, para o processo de implementação e expansão do capitalismo monopolista no País. Este processo foi e é gerador de novas condições de dependência do Brasil ao imperialismo, assim como determinante das mudanças ocorridas na sociedade em geral, com efeitos sobremaneira desvantajosos para a maioria da população.

27

Lessa e Dain chamam a atenção para uma importante função do Estado num país dependente: a de viabilizar a entrada do capital monopolista. Mesmo que, ao nosso ver, esta atitude não se enquadra estritamente enquanto atividade de planejamento, faz-se necessário destacá-la. É a exigência e imposição que o capital externo, com e através de seu sistema de filiais, faz aos Estados dos países dependentes nos quais lhe interessa penetrar, enquanto campo próprio de instalação e valorização de seus capitais. Para eles, deverão ser oferecidas condições sólidas e estáveis, em termos políticos e sociais. Lessa e Dain afirmam: "os blocos de capitais oriundos de espaços nacionais regulados (...) decerto só poderiam deslocar capitais, (...) para outros espaços, necessariamente ordenados" 28.

27 - Ob. cit., p. 221 a 225.

28 - Lessa e Dain, (ob. cit., p. 221), apontam para o fato de que "(...) 'a presença de grandes massas de capitais interarticuladas com o Estado, dinamizando a expansão desse capitalismo, é o principal estímulo do capital externo'".

A maior importância atribuída a essa função do Estado está ligada às particularidades políticas, econômicas e sociais, que caracterizaram o Brasil durante o período 1964-67. Foi a base preparatória do "milagre econômico" de 1968-73, quando as camadas populares da sociedade brasileira conheceram e vivenciaram duramente as consequências do desempenho cabal do papel do Estado como executor de políticas capitalistas. Os dirigentes do Estado brasileiro, na busca de estabilidade e facilidades para o capital, montaram uma poderosa máquina repressiva que se exercitou no desmantelamento das organizações sindicais, das representações partidárias e das demais organizações de classe, tanto no espaço urbano quanto no rural.

Assim conseguiram "limpar" a entrada aos capitais estrangeiros, principais promotores do "milagre econômico" e de tudo que se seguiu a ele.

À nível interno, essas medidas de ordem política se consubstanciaram em pré-condições para o processamento das mudanças ocorridas nos diferentes segmentos da sociedade brasileira, para seu novo ajustamento ao novo padrão de acumulação industrial. Nesse sentido é que fica expresso o "modo pelo qual as relações e estruturas econômica e política se organizam, antagonizam e modificam"²⁹.

Na fase de preparação do "milagre econômico", o setor do abastecimento registrou um desempenho regular³⁰, coincidindo portanto com um dos períodos históricos em que a agricultura alimentar ampliou-se nos espaços onde a agricultura de exportação recuou³¹.

29 - O. Ianni, ob. cit., p. 6.

30 - A esse respeito veja-se Fernando B. H. de Melo em "A Agricultura de Exportação e o Problema da Produção de Alimentos", Estudos Econômicos, Volume 9, 1979, nº 3, IPE-USP, Tabela 4, p. 109.

31 - Idem, tabela 4, p. 109. Observa-se por exemplo, nesse período, uma queda de 6,94% para o café e baixo crescimento para o algodão de 1,61%.

Um outro fator que decerto contribuiu para que o abastecimento se apresentasse, nesse período, com certa regularidade, consistiu no fato da demanda não haver se ampliado face à conjuntura desfavorável que a economia enfrentou, caracterizada como sendo de baixo crescimento.

A atividade de planejamento econômico estatal no período do "milagre" e a partir deste, conforme Horácio M. de Carvalho³², mais do que nunca fez uso indiscriminado das políticas fiscal, monetária, cambial e social, proporcionando à acumulação capitalista, como nunca antes, excelentes condições de máxima concentração e centralização do capital. Dos efeitos daí decorrentes dois sobressairam-se: a) a maior dependência da economia brasileira em relação ao policentrismo imperialista; b) o surgimento, de forma nítida e precisa, do Estado autoritário brasileiro, dotado de forte capacidade de dominação sobre a sociedade civil.

Ao alcançar este ponto, o planejamento não em abstrato, mas na forma concreta que tem assumido, começa a ser contestado, exatamente quando a sociedade em geral passou a perceber as tendências, e sentir as consequências de um desenvolvimento econômico tendo seu curso comprometido com o grande capital oligopolista, ao preço de um custo social muito alto. Vislumbra-se claramente o cunho classista da atividade de planejamento. Cabe pois questionar-se sobre que funções de índole social, o planejamento estatal brasileiro, em essência desempenha. H. M. Carvalho, visualiza a função social do planejamento como sendo:

32 - Horácio Martins de Carvalho, em "A Esquizofrenia no Planejamento". Texto mimeo, 4 pg, CPDA/EIAP/FGV, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1978. Na nossa interpretação de atividade de planejamento no pós-64, muito devemos a análise deste autor sobre tecnoburocracia, atividades e organismos de planejamento no Brasil.

"aquela que consistiria em garantir ou aumentar a consistência interna da reprodução do modo de produção capitalista através da produção de normas da produção, de normas políticas, econômicas e sociais, que articulem, pela subordinação, os distintos grupos e classes sociais da formação econômica e social brasileira aos interesses do grupo, classe ou fração da classe dominante".³³

Esse autor exemplifica a subordinação da agricultura, através do processo de agroindustrialização, aos interesses do capital oligopolista industrial. Destaca que como consequência dessa subordinação há um ajustamento da "produção agrícola nacional aos interesses da pauta de exportação-importação ditadas pelo capital industrial (nacional ou multinacional)".³⁴ A agricultura de abastecimento interno, nessas circunstâncias, passa a sofrer a grande concorrência por fatores de produção, motivo maior da crise de abastecimento brasileiro, a partir de então.

33 - H. M. Carvalho, ob. cit., p. 3

34 - Idem, p. 4.

CAPÍTULO III - AS FASES EVOLUTIVAS DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL E
SUAS POLÍTICAS

1. AS TRÊS GRANDES FASES DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL

Neste estudo, é por demais relevante a periodização do processo de abastecimento para a compreensão de seu caráter e dinâmica. Encontramos no trabalho de Ana Célia Castro e outros¹, um importante subsídio sobre a evolução do abastecimento no Brasil. Valemo-nos aqui, da classificação aí apresentada, pois ela é adequada a nossos objetivos pelo fato de adotar como critério de periodização, as relações do abastecimento alimentar em vinculação com as condições de evolução do processo de industrialização-urbanização. Este nexos, como já expusemos, é da maior importância para nosso estudo.

Conforme a fonte supra citada, sob o ponto de vista aludido, é possível historicamente distinguir três fases evolutivas do processo alimentar no Brasil. Elas se associam às etapas da evolução do processo de industrialização-urbanização.

A primeira fase, correspondeu ao início da industrialização-urbanização, "quando a infra-estrutura de transporte restringia-se basicamente, ao sistema ferroviário (...), criada para a exportação do café, passando também a ser utilizada para o deslocamento de produtos, destinados aos centros urbanos emergentes"², sendo que nesta fase, o capital comercial transferia o "excedente agrícola" para o setor urbano, num processo que re

1 - Ana Célia Castro e Outros, em Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira, Brasília, Ed. BINAGRE, 1979, parte IV.

2 - Idem, p. 221.

forçava as relações internas não capitalistas, especialmente camponesas.

A segunda fase, é abrangente aos anos 40 e 50. Nesse período o abastecimento enquadra-se dentro de um novo padrão de acumulação industrial diante do expressivo crescimento urbano, paralelo ao surgimento de um importante mercado atacadista a nível urbano. Neste trabalho, interessa-nos sobremaneira esta fase histórica, da qual estudaremos em profundidade os anos 50, quando se manifestam mais nitidamente, as características desta etapa e se consolida o novo modelo.

Na terceira fase, iniciada nos anos 60 e ainda em processo de consolidação, sob a pujante industrialização oligopolista, veio ocorrendo a assimilação da agricultura ao circuito de acumulação industrial. Verifica-se nela, por exemplo, um contínuo crescimento e transformação do sistema varejista de gêneros básicos, no qual se destaca a expansão das redes de supermercados. Da mesma forma, a crescente modernização nas instâncias do comércio atacadista e varejista passa a expressar a adaptação do comércio às reestruturações ocorridas na sociedade como um todo e ao desenvolvimento ocorrido a nível da produção agrícola e no perfil da demanda urbana.

Consideramos suficiente limitarmo-nos aqui, à mera indicação das referidas etapas. Nos itens seguintes, quando procederemos à análise do processo de industrialização nos anos 50, abordaremos com mais detalhe a questão do abastecimento alimentar, destacando sua dinâmica enquanto consequência das condições estruturais e conjunturais do conjunto da economia e de seu desenvolvimento.

2. O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICO DAS POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO NOS ANOS CINQUENTA

A partir do início dos anos cinquenta, sob o governo de Getúlio Vargas, houve uma clara e decisiva investida governamental em favor do soerguimento industrial, de tal forma que a indústria converteu-se no setor dominante da economia.

Em termos operacionais, essa promoção da industrialização significou, em boa medida, substituir importações por produção interna. Para o processo econômico em geral, verificou-se uma mudança substancial na participação da produção agro-exportadora e na produção industrial, em benefício da segunda. Considerando a natureza diferenciada da indústria, o processo de "substituição de importações" brasileiro, tanto no governo de Vargas como no de Kubitscheck, guardadas suas especificidades, passaram a demandar amplas modificações estruturais, especialmente na estrutura produtiva. A reestruturação industrial, assim como a agrária, foram processar-se numa maior integração, imprimindo um novo perfil econômico-social-político ao País.

A partir do avanço brusco das forças produtivas, e fundamentalmente da euforia desenvolvimentista que nos anos cinquenta apresentava a industrialização como elixir autosuficiente para remediar todos os males da sociedade, o Estado burguês brasileiro teve como principal objetivo, o de possibilitar e promover as condições para a melhor viabilização da acumulação capitalista, em particular do setor monopolista da economia. É nesse contexto que o Estado estruturou-se tecnoburocraticamente, de

forma a tornar-se o organismo planejador³ das políticas econômicas de desenvolvimento, que em definitivo, foram sustentáculos do processo de acumulação de capital.

O que passou a melhor caracterizar o Estado brasileiro a partir de então foi por um lado seu engajamento na formulação dos planos de desenvolvimento, de forma a possibilitar a acumulação monopolista do capital, e por outro, seu esforço no que se refere à reestruturação interna da sociedade brasileira. Pretendeu-se assim, adaptá-la às condições mais favoráveis do processo de desenvolvimento capitalista, que transcorreu sob dominação industrial-monopolista e em estreita dependência do imperialismo, em especial do norte-americano.

Tal reestruturação da formação sócio-econômica brasileira, passou a corresponder decerto às aspirações do então hegemônico imperialismo norte-americano, que em 1949 anunciou ao mundo seu programa de "Paz e Liberdade".⁴ Nele, constou o empenho norte-americano, da transferência para os países subdesenvolvidos, do avanço científico e do progresso industrial, com a intenção declarada de possibilitar suas melhorias e seu crescimento.^{5 e 6}

3 - A idéia e a atividade de planejamento estatal já têm passado pelo crivo do debate, tanto a nível político como a nível popular. Os técnicos brasileiros contaram com alguma experiência da técnica de planejamento, oriunda das tentativas de coordenação e controle da economia promovida desde a década de 40, como mostraram vários documentos e medidas: o "Relatório Simonsen" (1944-45), o "Diagnóstico da Missão Cooke" (1942-43), o "Diagnóstico da Missão Abbink" (1948), o "Diagnóstico da Comissão Mista do Brasil - E. Unidos" (1951-53), além do "plano SALTE" (1948), num esforço de racionalização do processo orçamentário e de tomada de medidas setoriais, especialmente dirigidas para atender aos setores petroleiro e cafeeiro.

4 - Conforme Ianni, ob. cit. p. 144

5 - Nessa nova investida imperialista, de cunho neocolonialista, já estava subjacente a compreensão da necessidade da interferência sob o planejamento do Estado, na orientação e desempenho das economias dos países subdesenvolvidos.

6 - O. Ianni ob. cit., p. 143, referindo-se ao ponto quarto da Doutrina Truman, entende que fazem parte da mesma tanto a Missão Abbink (1948), como o Programa de Metas (1955-60).

Duas razões, de grande interesse para a expansão das grandes empresas multinacionais norteiam esta atitude: a) a convicção de que a busca do desenvolvimento econômico sob a tutela do Estado, possibilitasse uma política econômica, capaz de evitar o agravamento das tensões sociais e políticas e, particularmente, a luta de classes, que põe em risco a ordem estabelecida; b) a idéia de que a intervenção do Estado na área econômica, leva necessariamente à diminuição da instabilidade econômica e política, garantindo um melhor clima não apenas às empresas nacionais (públicas e privadas) mas também, em simultâneo, para o estabelecimento de empresas estrangeiras⁷.

O perfil do Brasil de então, já mostra uma estrutura econômica e institucional suficientemente atrativa aos investimentos imperialistas. Com a política promovida, estes investimentos só se multiplicaram.

Pelo exposto, entendemos que a adoção pelo Brasil da prática de planejamento, para a viabilização da industrialização monopolista, deve ser entendida primeiramente enquanto expressão da estratégia imperialista global, e só secundariamente como resultado endógeno de interesses internos e da iniciativa nacional.

A história do governo de J. Kubitschek, na trajetória abrangente que foi, desde sua campanha eleitoral até o final de sua gestão, bem que exemplifica tal afirmação. No seu discurso percebe-se diluídos, os elementos ideológicos do projeto de industrialização. Estes, eram apresentados à sociedade como a grande solução para a necessidade premente de vencer o atraso,

7 - A esse respeito veja-se O. Ianni (ob.cit.), na parte em que analisa as diretrizes que refletem a estratégia imperialista americana de planejamento.

o subdesenvolvimento⁸.

Assistimos pois, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, aos sucessivos ditames das políticas de planejamento econômico estatal-monopolista. Estes foram corporificados nos planos governamentais traçados deste então⁹, constituindo-se em significativos guias da atividade econômica, com expressivas repercussões nos planos político e social, assim como para os diversos setores do capital, que conforme sua posição e força vieram-se mais ou menos beneficiados.

3. AS POLÍTICAS AO SERVIÇO DOS INTERESSES DO SETOR URBANO-INDUSTRIAL

O planejamento estatal da atividade econômica, em linhas gerais, responde necessariamente aos interesses do setor dominante do capital. Nesse sentido, a estratégia de desenvolvimento está voltada para o atendimento preferencial das exigências da industrialização, enquanto interesse primordial do capital industrial, então predominante.

8 - Sobre o projeto de desenvolvimento proposto por J. Kubitschek, veja-se Mirian Limoeiro Cardoso, em Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK, JQ, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, em sua minuciosa análise da questão ideológica, que norteia o discurso político na expectativa de popularização a aceitação da idéia da industrialização, que viria para superar nossa condição de subdesenvolvidos. Ocorre que por esse caminho, se apontou com clareza o ultrapassado otimismo Smithiano, que a conquista da posição de país desenvolvido ao final beneficiaria a todos os segmentos da sociedade.

9 - Plano de Metas (1955-60), referente ao governo de J. Kubitschek; Plano Trienal (1961-64), referente ao governo de João Goulart; Programa de Ação Econômica do Governo (1964-66), referente ao governo de Castelo Branco; Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-76), referente ao Governo de Costa e Silva; substituído pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70) no governo Garrastazu Médice. Finalmente, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-74), referente ao Governo de Ernesto Geisel; II PND (1974-1979), referente aos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo; III PND (1980-1985), referente ao governo João Figueiredo.

Mesmo as políticas de desenvolvimento específicas para a agricultura, são formuladas atendendo aos interesses desse setor. Assim sendo, não podem representar adequadamente os interesses gerais da agricultura, nem da grande massa dos produtores e muito menos do crescente contingente de trabalhadores assalariados do campo, mesmo podendo agradar parcialmente os representantes de alguns segmentos, em particular aqueles melhor situados econômica e politicamente. Isto porque no conglomerado de forças político-econômicas, os segmentos sociais mais ligados à agricultura ocupam, concretamente, um lugar secundário.

No geral, o que vem caracterizar melhor as políticas de planejamento econômico para a agricultura brasileira, nesse período, é o fato de terem contornado a execução de uma reforma agrária efetiva, que viesse a destruir, ou mesmo apaziguar, o caráter concentracionista da estrutura fundiária. Ao contrário, como os fatos têm mostrado, o capital sempre tem beneficiado-se dessas políticas, que têm contribuído para acentuar ainda mais essa concentração. Por seu turno, a manutenção e agudização dessa estrutura vem marginalizando de forma crescente, os pequenos produtores de alimentos, consagradas vítimas dessa mesma estrutura, que se juntam às levas de assalariados e sub-empregados e de sempregados rurais.

A economia brasileira, e especificamente a agricultura, sob a administração direta ou indireta do Estado¹⁰, - enquanto organismo diretamente produtor e em especial como guia da economia - tem promovido transformações sob condições que demandam sempre maiores esforços das diversas camadas da população trabalhadora. O grusso dos benefícios, entretanto, são apropriados pelos gran

10 - Administração não apenas da economia, mas das condições gerais da sociedade, na pretensão de sua adequação às necessidades da acumulação.

des detentores dos meios de produção, em prejuízo da maioria absoluta da população, composta de segmentos populares. Este resultado que já se delineava, vai manifestar-se claramente nas décadas de sessenta e setenta, estando hoje agravado pela crescente concentração da renda.

A classe trabalhadora passa a ser espoliada não apenas diretamente sob a política salarial, mas também enquanto passa a beneficiar-se cada vez relativamente menos dos serviços sociais, de educação, sanitários e outros. Além disso, o acesso aos bens de primeira necessidade: alimentação, moradia, vestuário e demais, vai tornando-se sucessivamente mais difícil. Em síntese, a grande maioria da classe trabalhadora brasileira vai perdendo a cada dia, gradual e efetivamente, seu poder aquisitivo, tendo seu efeito maior, a nosso ver, na restrição da demanda urbana por alimentos.

Ao Estado cabe a responsabilidade da imposição de políticas que conduzam a uma distribuição elitista e classista da renda, dos serviços e dos bens materiais em geral. Tais resultados derivam-se da lógica concentracionista-centralizadora da acumulação capitalista, que passa a comandar a economia brasileira, sendo a ela inerentes.

Isto se verifica fundamentalmente no espaço urbano, mesmo que o processo concentracionista ocorra também no campo. Em função disso observa-se: a) que as bases da estrutura fundiária mantêm-se inalteradas; b) que o processo de industrialização e de concentração da renda vai transformando os setores populares em consumidores com reduzidos recursos, comprometendo, inclusive, a aquisição de bens indispensáveis a sua subsistência, o qual, por sua vez constitui-se motivo de reivindicações e lutas trabalhis

tas que comprometem a acumulação capitalista; c) que o crescimento urbano desordenado é gerador e estímulo de um mercado interno potencial.

Assim desponta do interior mesmo do desenvolvimento capitalista, sob domínio do setor industrial-urbano, o relevante problema do abastecimento urbano, em particular, do abastecimento alimentar, que guarda estreita relação com o desempenho da agricultura e com o nível de distribuição da renda.

Apresentando a questão do abastecimento dentro do contexto sócio-econômico no qual está inserido, aflora com evidência sua grande complexidade. Esta se deriva de seu grau de entrosamento com as problemáticas dos chamados suportes-marcos da economia brasileira: a industrialização e a agricultura. Na sua forma atual, elas estão fortemente implantadas, a julgar pela sua capacidade de submeter a maioria da sociedade brasileira à exploração capitalista e a difíceis condições de vida, e de manter sob um processo de crescente fortalecimento e retroalimentação essas estruturas.

Para apreender convenientemente nosso objeto de estudo, procedemos à análise da etapa histórica, correspondente à década de cinquenta, visando captar as principais características de sua evolução e influência sobre o abastecimento, em particular da exercida pelo Estado enquanto órgão direcionador do abastecimento.

CAPÍTULO IV - O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951-54): AS BASES DA INFRA-ESTRUTURA E DAS NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E O BARATEAMENTO DO SUPRIMENTO ALIMENTAR

1. A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO PAÍS

O Brasil iniciou a década de cinquenta, quando as economias européias iam saindo do período de recuperação do pós-guerra, com uma queda no crescimento industrial, assim como um lento aumento das agroexportações. Além do problema da desaceleração, as altas taxas de crescimento demográfico e o êxodo rural-urbano vieram agravar a delicada situação sócio-econômica nacional, trazendo para o setor urbano as principais complicações. Nas cidades, ampliava-se o excedente relativo de mão-de-obra em busca de emprego; a grande maioria dessa população sofria as dificuldades oriundas das más condições de habitação, saúde e saneamento, próprias das periferias dos centros urbanos onde era obrigada a se instalar.

Porém, um outro problema, de maior envergadura, pareceu sobrepor-se aos demais: o do abastecimento alimentar. Este setor depende, simultaneamente, dos desempenhos agrícola e industrial. Quanto à agricultura, essa tem que se reestruturar para melhor atender à demanda industrial, não só de alimentos mas também de matérias-primas. Por outro lado, ao setor urbano-industrial é atribuída a tarefa de absorver a mão-de-obra excedente do plano rural. Esta passa a depender do emprego urbano para se tornar materialmente capaz de se converter em demanda, em especial alimentar.

Tal esquema dominava, na época, o pensamento e a ação da classe dominante. Converter a indústria no setor dominante

da economia, estava claramente definido nas políticas oficiais. Essa priorização industrializante e urbanizante constituiu-se na saída classista burguesa ao impasse em que se encontrava a economia brasileira no início dos anos cinquenta. Dessa forma, esperava-se superar o atraso sócio-econômico vinculado à dependência secular brasileira à agricultura de exportação¹ e, mais especificamente, resolver em curto prazo o problema do desemprego urbano. Todas as atenções passaram a ser dispensadas ao projeto de industrialização. A posição da CEPAL, caracterizada pelo ceticismo nos resultados que adviriam da continuidade da política de exportação de produtos primários por parte da América Latina, influenciou consideravelmente o governo brasileiro que chegou a encarar as exportações agrícolas como negócio de alcance limitado. Conforme essa visão, não deveria exportar-se senão o excedente, devendo a produção primária estar destinada, em princípio, ao atendimento das necessidades internas.²

Na oportunidade, o governo contava, no geral, com um clima de abertura sócio-política e real disposição de diferentes segmentos significativos da sociedade brasileira ("classes médias", proletariado, burguesia industrial)³ para participar no debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico, industrialização, na

1 - Sob a ótica econômico-social, decerto que mesmo um excelente crescimento das agro-exportações já não bastava para absorção regular do crescimento da mão-de-obra. O problema social concomitante ao aumento demográfico, em seus efeitos mais imediatos - por um lado, o agravamento do problema social concernente a concentração fundiária e, por outro, enquanto elemento de pressão a nível urbano - constituiu-se fator explicativo da opção governamental pelo ambicioso projeto de industrialização, no qual a agricultura é relegada a um plano secundário.

2 - Veja-se a respeito, Fernando B. H. de Melo, em "A Política Econômica e o Setor Agrícola no Período do Pós-Guerra", Revista Brasileira de Economia, Vol. 33, nº 1, jan/mar/79, Rio de Janeiro, p. 30.

3 - O. Ianni, ob cit., p. 112, 116 e 132.

cionalismo, emancipação econômica e temas correlatos.⁴ E essa boa disposição serviu para canalizar com relativa facilidade, a participação efetiva dos diversos segmentos na realização dos projetos de desenvolvimento que estivessem embuídos desse ethos dominante.⁵

2. A (RE)ORIENTAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA DA ECONOMIA

Naquela conjuntura acima caracterizada, sob a segunda administração de Getúlio Vargas (1951-54), iniciou-se no Brasil a constituição de um padrão de industrialização baseado na expansão do setor produtor de meios de produção. Isso, na perspectiva de sentar as "bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos".⁶ Esse equilíbrio conforme O. Ianni,⁷ deveria expressar a essência de uma "política de emancipação econômica". Nesta etapa, o Estado passou a desempenhar um papel mais ativo e atuante na economia: enquanto produtor direto e enquanto responsável pela criação de condições propícias para o avanço da industrialização.

A "política de emancipação econômica" projetada para esse período teve sua base no Plano Nacional de Reparcelamento Econômico (1951-54), mais conhecido como "Plano Lafer". Nele, constam as medidas a serem implantadas para consecução de inves

4 - Importa bastante observar a diferenciação dos segmentos componentes da burguesia, no que se refere aos respectivos espaços ocupados e, em consequência disto, suas posições e interesses distintos no relativo ao "padrão particular de relacionamento do Estado na Economia", estabelecido no então governo. (Ianni, ob. cit., pp. 110, 112, 116 e 132).

5 - Veja-se E. Troccoli Pakman, em "A Essência e o Papel do Planejamento na Sociedade Capitalista Revista Raízes, Campina Grande, nº 2/3, jan/dez/83.

6 - Francisco de Oliveira, em A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977, p. 77

7 - Ob. cit., p. 110.

timentos em indústrias de base, assim como em frigoríficos, nos setores de transporte e energia,⁸ e para modernização da agricultura⁹ via preços subsidiados de insumos e crédito fácil e com uma política ativa de comércio externo para produtos agrícolas. Como resultado da execução desse plano esperava-se dar solução aos principais problemas:¹⁰ inflação, desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, insuficiência nos ramos de transporte e energia, oferta deficitária de alimentos para o abastecimento da crescente população urbana e a relativa escassez de recursos para a importação das máquinas e equipamentos indispensáveis à montagem da indústria planejada. Nesse sentido, apostava-se na possibilidade de formação de um capitalismo nacional como sistema relativamente autônomo, o que se tornou impraticável diante da progressiva internacionalização do processo de reprodução e acumulação de capital.¹¹ Não obstante, executaram-se significativos empreendimentos produtivos, assim como projetos do Estado, de cunho nacionalista, extremamente úteis para afastar os entraves à reprodução do capital industrial de então. Dentre essas realizações destacaram-se: a PETROBRÁS, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, etc..

Para a viabilização dos investimentos previstos nos projetos governamentais, particularmente para o financiamento interno do departamento I, foi criado em 1952, o Fundo de Reaparelhamento Econômico, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição também criada com

8 - Nesse período e daí em diante, os investimentos em infra-estrutura física necessários à evolução industrial, são feitos em detrimento dos investimentos em infra-estrutura social. F. B. H. de Melo, ob. cit., p. 31, estima que em fins dos anos sessenta, a carência em infra-estrutura social apresenta-se como elemento que caracteriza de forma marcante o atraso no Brasil.

9 - O. Ianni, ob. cit., p. 117, e F. B. H. de Mello, ob. cit. p. 35.

10 - O. Ianni, ob. cit., p. 112.

11 - Idem, ob. cit., p. 135 e 136.

essa finalidade. A política cambial e de expansão do crédito, por seu turno, passou a realizar o financiamento interno e externo dos departamentos II e III, enquanto que "a política de contenção relativa dos salários reais dos trabalhadores,¹² constituiu-se ponto de sustentação do padrão de acumulação" da indústria em geral.¹³

A política de contenção salarial e os ganhos de produtividade obtidos, particularmente no departamento I, expressaram a fórmula básica do projeto de promoção do desenvolvimento econômico que se adotou na época. Tais medidas conduziam à concentração da renda, criando-se a base do mercado para os produtos do setor III, que passaria a ser o eixo principal da acumulação a partir do governo seguinte.

Nesse contexto, a política comercial - sob o controle cambial de taxas irreais e baixas¹⁴ - converteu-se em desestímulo à agricultura de exportação.¹⁵ Por outro lado, a agricultura de mercado interno sofreu pressão de órgãos controladores de pre

12 - Índices e percentuais dos níveis salariais no Brasil, tendo por base 100 o ano de 1940: 1943 = 104, 1946 = 90, 1949 = 87, 1952 = 64, 1955 = 58. O. Ianni, ob. cit., p. 20.

13 - Francisco Oliveira, ob. cit., 1977 b, p. 79.

14 - Conf. F.B.H. de Melo, ob. cit., p. 32, a taxa de câmbio para as exportações permaneceu fixa entre set/1946 e jan/1953, ao mesmo tempo em que havia uma elevação interna de preços de 85%, isto é, superior à existente a nível comercial no Brasil.

15 - Veja-se a respeito Ruy Miller Paiva e outros, em Setor Agrícola do Brasil, Comportamento e Possibilidades, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, p. XXII. Este autor coloca ainda que enquanto o controle cambial desestimulou as exportações (de algodão, café, cacau, laranja, fumo, amendoim, etc.), impediu ao mesmo tempo que o Brasil equilibrasse seu Balanço de Pagamentos, com base no aumento das exportações e a redução das importações.

ços, em nome do controle inflacionário¹⁶ e 17. O projeto de industrialização, pelos fatos acima enunciados pressupôs atingir certa independência das divisas provenientes das exportações. Isso possibilitou ao setor agrícola readaptar-se ao novo modelo econômico, no qual o segmento da agricultura voltado ao atendimento do mercado interno expandiu-se basicamente da forma horizontal, mediante a ocupação da fronteira agrícola.

O novo padrão de acumulação porém não alterou tudo. Manteve-se a estrutura fundiária concentrada. A grande agro-exportação - embora com perda substancial do espaço econômico, no entanto face ainda a seu considerável peso político - teve como ganho compensador a concessão de excelentes condições do incentivo à modernização de sua produção.

3. A AGRICULTURA E O ABASTECIMENTO

Ao analisar o novo papel da agricultura, Melo¹⁸ esboça uma explicação das causas e conseqüências da "modernização da agricultura" constante em um dos pontos do Plano do Governo de Vargas. As políticas de incentivo à modernização da agricultura

16 - Ruy Miller Paiva, ob. cit., p. XXII. Afirma-se ainda que o controle de preços dos produtos alimentícios (carne, leite, açúcar e óleos vegetais), foi visto como uma forma de combate à inflação nos seus efeitos mais visíveis, isto é, na sua incidência direta no custo de vida.

17 - Dada a ampla articulação política do projeto desenvolvimentista de Vargas - e o comprometimento social de vencer o atraso e a pobreza, além da dependência econômica do setor agro-exportador - na prática, tanto as medidas de desestímulo às exportações assim como as de controle de preços alimentares, refletiram as preocupações governamentais: (a) em como satisfazer os interesses das chamadas classes populares, ou seja, a pequena burguesia urbana e o proletariado diretamente vinculados ao trabalho e (b) como conciliar esses interesses com as preocupações dos empresários (burguesia industrial) em possibilitar a reprodução da força de trabalho a baixo custo. (Linhares e Silva, ob. cit., p. 144).

18 - A esse respeito veja-se F. B. H. de Melo, ob. cit., 1979.

de exportação, nesse período, funcionaram como um mecanismo com pensatório da perda de espaço econômico-político, por parte do setor agrícola, em benefício do setor industrial. Entretanto, essas políticas foram asseguradas tanto pela importação, a pre ços subsidiados, de máquinas, fertilizantes e implementos agrícolas, como pela abertura de linhas de crédito agrícola a juros muito baixos ou mesmo negativos.¹⁹

Quanto à estratégia seguida em matéria de infra-estru tura de transporte, estava claro que esta deveria constituir-se no ponto de apoio para a interiorização da economia, enquanto meio necessário ao melhor escoamento da produção agrícola alimen tar para os centros urbanos. Isto, num momento em que a insufi ciência da oferta de gêneros alimentícios para abastecimento ur bano, como aponta Ianni,²⁰ constituiu um dos pontos de estrangulamento na realização da tarefa fundamental de viabilizar o de senvolvimento econômico-financeiro do País.

Nessas circunstâncias, a questão do custo de vida, principalmente para os trabalhadores, ganhou proporções sociais e políticas significati vas. Porém faltavam estudos fundamentados que servissem de subsídios para promover o ajustamento periódico dos níveis salariais aos aumentos constantes do custo de vida. Isso levou que fosse realizada em 1952 uma ampla pesquisa²¹ sobre o padrão de consumo familiar, cobrindo as diversas regiões brasileiras, no intuito de subsidiar revisões na política salarial. Suas principais conclusões foram: (a) os elevados gastos com alimentação²² e (b) a impossibi

19 - Para maiores esclarecimentos dessas questões veja-se F. B. H. de Melo, 1979, p. 35.

20 - Ob. cit., p. 112.

21 - Esta, sob a direção de Guerreiro Ramos, da Comissão Nacional do Bem Es tar Social, destacando-se entre vários estudos similares feitos à época. Linhares e Silva, ob. cit., p. 144 .

22 - A título de ilustração, os gastos com alimentação das classes operárias em relação a seus rendimentos, foram: 35,40% em Porto Alegre, 41,12% em São Paulo, 49,08% em Fortaleza e 52,45% no Recife. (Linhares e Silva, ob. cit., p. 145).

lidade de generalização de uma dieta padrão para todo o País face aos diferenciais de preços dos alimentos nas diversas regiões,²³ assim como devido às discrepâncias nos hábitos regionais de consumo.

Observa-se uma grande disparidade entre as regiões quanto às quantidades consumidas, por exemplo entre o Sul e o Nordeste, no relativo a carnes, ovos, leite e manteiga (veja Tabela I dos Anexos). Por outro lado, a disparidade de preços de alimentos básicos entre as regiões, explica em parte a variação observada no consumo (Tabela II). Opinando a respeito, Linhares e Silva²⁴ sugere que "as preferências culinárias" do operário nordestino - por farinha de mandioca, rapadura e carne seca - em relação a outros produtos constantes na mesa dos operários sulistas, refletem essencialmente a diferença do nível sócio-econômico entre essas regiões.

Naquela época, vários fatores incidiam no custo de vida e por conseguinte, causavam problemas ao abastecimento alimentar urbano. Destacaram-se entre outros, a insuficiência da produção agrícola alimentar (devido em grande parte, à baixa produtividade na agricultura²⁵); o encarecimento derivado das importações (principalmente de frutas e bacalhau); a expansão relativa do mercado consumidor (devido às crescentes incorporações de

23 - Veja-se, nos Anexos, as Tabelas I e II, elaboradas com dados de tabelas do trabalho de Linhares e Silva, ob. cit.

24 - Linhares e Silva, ob. cit., p. 146.

25 - A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, apresenta o índice do produto agrícola básico, onde ficou demonstrado que os produtos cultivados a mão (batata, feijão, milho e mandioca) aumentaram sua produção em 45%, enquanto que os produtos cultivados sob técnicas modernas, tiveram sua produção acrescida em 112%. (Linhares e Silva, ob. cit., p. 148). Observamos que como não há referência expressa ao período exato da evolução desses produtos, pela exposição pôde-se concluir que se tratou do período referente aos primeiros anos de cinquenta.

contingentes populacionais ao trabalho urbano-industrial); a ineficiência da política de preços mínimos; a insuficiência do crédito (valendo ressaltar que o pequeno produtor de alimentos ficou totalmente a mercê do crédito usurário a juros altos, manejados por comerciantes, fazendeiros e camioneiros, sendo que via de regra, a venda da produção ficou consignada ao credor).

Destacável nesse sentido foi a inadequação da estrutura agrária monopolizada, em virtude da qual aumentou artificialmente o preço da terra ²⁶ e, em consequência, elevou-se o arrendamento em localidades vizinhas aos grandes centros urbanos, constituindo-se em fatores de significativo pêso na formação do preço dos produtos alimentícios. Quanto ao arrendamento, este foi determinante de 60% a 70% no custo do leite no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Niterói; de 9% para o trigo e de 14% para o arroz no Rio de Janeiro ^{27 e 28}.

Finalmente, os problemas referentes aos custos de transportes ²⁹ e ao monopólio da comercialização, contribuíram larga

- 26 - As terras circunvizinhas aos grandes mercados urbanos foram as mais valorizadas, especialmente pela sensibilidade de absorção, em prazo curto ou médio, para ocupação pelas construções urbanas.
- 27 - Exemplo bastante ilustrativo desse fenômeno ocorreu em Teresópolis: a pressão urbana provocou alta tanto no preço da terra, como nos arrendamentos, indo refletir diretamente nos custos de produção de gêneros alimentícios. Tal fato mereceu destaque pela importância que essa fonte de produção teve no abastecimento de cerca de 40% dos hortícolas consumidos no Rio de Janeiro. Linhares e Silva, ob. cit., p. 150-2.
- 28 - Evidentemente que também por pressão do crescimento urbano, há o deslocamento de milhares de sitiantes da periferia do Rio de Janeiro - Baixada do Irajá, Inhaúma, Vargem Grande e Mendanha - para o Vale do Rio Paraíba; correspondendo a realocação a quase 11.000 sitiantes. Considerando-se que esses sitiantes contribuíam com sua produção para o abastecimento de 60% dos gêneros alimentícios consumidos no Rio de Janeiro, agora - instalados mais distantes do centro de consumo - o custo de transporte passa a pesar mais sobre o preço dos alimentos. Além do mais, esse mesmo deslocamento favorece ainda mais a ação de intermediários e açambarcados. Linhares e Silva, ob. cit., p. 152.
- 29 - O transporte rodoviário cresceu em importância devido aos aumentos verificados no volume de cargas transportadas (pela supremacia que ganhou em relação às outras modalidades de transporte). Mas ao mesmo tempo teve seus custos majorados, devido aos altos preços de combustíveis e lubrificantes importados, sob câmbio e tributação onerosos. Conjuntura Econômica, ano VIII, nº 1, jan/1954, p. 25.

mente para o aumento do custo de vida. Como sugestão para combater os monopólios e solucionar o problema do abastecimento, a Missão Klein e Saks apontou para a necessidade de constituir grandes empórios varejistas de gêneros alimentícios, organizados em três ou mais redes de armazéns, para propiciar a "verdadeira concorrência" e para a consecução da baixa dos preços e do fornecimento satisfatório ao consumidor. No mesmo sentido, apontaram para a manutenção do SAPS³⁰ por mais alguns anos, a fim de proporcionar "boa comida a preços baixos" à classe trabalhadora.

Sérios desequilíbrios derivados dos monopólios comerciais surgiram nos anos 50, na estrutura comercial do mercado urbano de alimentos, conforme apontam Castro e outros^{31 e 32}. Passou a preponderar um forte mercado atacadista que recorreu a mecanismos de especulação, escondendo estoques, na expectativa de obter lucros extraordinários através do aumento artificial dos preços. Este fato verificou-se na segunda fase histórica da evolução do abastecimento (anos 40 e 50, como antes citado).

4. AVALIANDO O ABASTECIMENTO

Importa-nos agora ver como tudo isso se traduz em medidas concretas que visam a solução do problema do abastecimento.

30 - SAPS - Serviço de Assistência da Previdência Social, criado em 5/8/1940, conforme Decreto-Lei 2.478, subordinado ao Ministério do Trabalho e ao da Indústria e Comércio. Inicialmente tinha por objetivos, principalmente, proporcionar condições para viabilizar a alimentação aos assegurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões desses Ministérios, além de se ocupar da seleção e barateamento de gêneros e da instalação de restaurantes para trabalhadores. Em 1942 incorporou a tarefa de fornecer aos trabalhadores, a preço de custo, gêneros de primeira necessidade. Linhares e Silva, ob. cit., p. 114.

31 - Ob. cit., p. 221 e 222.

32 - Na década de cinquenta o crescimento urbano apresentou um aumento anual de 6,5%, em virtude do aumento do emprego urbano, o qual constituiu-se fator estimulante à migração rural-urbana.

Quanto à esfera da produção, os fatos mostram que se promoveu a ocupação da fronteira agrícola no Norte do Paraná, pelo avanço do café e mediante a extensão da infra-estrutura rodoviária. O mesmo aconteceu no Maranhão, aí através do arroz e da pecuária. Tal promoção deveu-se à orientação do Estado, por meio de projetos e programas governamentais, visando principalmente que se solucionassem os entraves ao abastecimento, isto é, que fosse possibilitada "produção necessária à alimentação dos trabalhadores engajados nas atividades não agrícolas, para que não se comprometesse o projeto de industrialização".³³ Nessas circunstâncias, a estrutura fundiária concentrada pôde ser mantida, acobertando espaços com formas atrasadas de produção e baixa produtividade, sem terem obtido cobertura creditícia oficial além de não terem sido contemplados pelas políticas de preço em geral.³⁴

Na fronteira, manteve-se a subordinação dos produtores de alimentos ao capital comercial. Este, além de efetuar a comercialização, desempenhou o papel de agente fornecedor de créditos ("adiantamento"), do que se valeu para ditar o preço a ser pago ao produtor pelos frutos de seu trabalho. Assim, fica esboçado o mecanismo fundamental que viabilizou a extração do excedente dos produtores.

33 - F. H. de Melo, 1979, ob. cit., enfatiza a abundância do fator terra no Brasil, o que constituiu elemento determinante das políticas públicas de ocupação da fronteira, na utilização de novas terras para produção alimentar. Acrescenta, ainda, que diante dos primeiros sintomas da produção agrícola insatisfatória, com um crescimento elevado da população, pode-se recorrer a tal expediente.

34 - Castro e outros, ob. cit., p. 207 e 208, utilizam a divisão dos produtos agrícolas para efeito da ação do Estado, quanto a política de formação dos preços em: (a) produtos com garantia de preços mínimos oficiais, especialmente os grãos; (b) produtos com preços administrados e (c) produtos sem garantias de preços mínimos ou administrados, (a maioria naquele período).

O Estado não ficou indiferente a esta situação, adotando algumas medidas para regular a comercialização. Além da manutenção do SAPS, criou, em 1951, a COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Este teve papel destacado, seja na política de congelamento e fiscalização de preços, seja em suas outras atribuições.³⁵

Portanto, os esforços oficiais de regulação do abastecimento referentes à órbita da circulação-distribuição dos gêneros, não afetaram a iniciativa privada. A investida do Estado na criação de infra-estrutura para viabilizar a ocupação de fronteiras, na verdade, só fortaleceu a rede atacadista engajada nesse negócio. Mesmo apesar de ter objetivado primordialmente a resolução de conflitos sociais e só secundariamente o apoio ao abastecimento, promoveu a criação de estradas para facilitar o escoamento da produção. Esta afirmação pareceu fundamentada pelo fato da total falta de efetivo interesse oficial na organização dos produtores, por exemplo em cooperativas, para que pudessem pelo menos barganhar melhores condições de comercialização de sua produção, estabelecendo assim relações mais equilibradas com os intermediários.

De grande importância, foi o fato de que nos primeiros anos da década de cinquenta, pela primeira vez ocorreram as condições materiais para a produção de gêneros alimentícios em lugares distantes dos grandes centros de consumo. A forma e resultado dessa mudança sugerem que tal processo ocorreu para beneficiar a

35 - Linhares e Silva, ob. cit., p. 115-116 e 155-156, referem-se à COFAP como órgão interventor no abastecimento, inicialmente criado para substituir a CCP (Comissão Central de Preços). Enfatizam seus amplos poderes punitivos e finalmente colocam o Relatório Klein e Saks (1954) como sugerindo sua extinção, que se concretiza em 1961 com a criação da SUNAB, COBAL, CIBRAZEM, etc.

acumulação do capital, e isso sem se mexer na estrutura fundiária. A intermediação passou a ter um papel cada vez mais importante, enquanto elo indispensável para efetivar o abastecimento, principalmente pela incumbência de fazer chegar aos centros de consumo, os alimentos agora provenientes de fontes de produção cada vez mais distantes.

O capital comercial cumpriu também o papel de financiar a produção camponesa, através do crédito usurário, quando esta não era atendida pelo setor público. As funções econômicas assumidas pelo intermediário, a comercial por excelência e agora também a de financiamento da produção, de fato eram complementares, possibilitando ao capital comercial a auferição de maior lucro. Eram funções interdependentes pelo fato de que - considerando a concorrência comercial - a manutenção ou o aumento do volume comercializável passou a depender dessa dupla atividade econômica.

Não obstante a falta de políticas mais eficazes de resolução das dificuldades do abastecimento em suas diferentes instâncias, o importante foi que a abertura de fronteiras - materializada na produção camponesa de gêneros alimentícios para o mercado interno - foi suficiente para garantir, na primeira metade dos anos cinquenta, o suprimento alimentar às classes trabalhadoras urbanas a preços relativamente baixos.³⁶ Nisso consiste seu grande papel (para o capital), já que propiciou a desvalorização da força de trabalho e sua conseqüente depreciação, possibilitando assim uma maior rentabilidade geral ao conjunto dos capitalistas, às custas da produção camponesa. Assim delineou-se a alternativa de

36 - Conforme já nos referimos no Cap. I, a produção a preços baixos é uma conseqüência natural da condição camponesa de produzir sem perseguir a auferição do lucro, já que, na falta de alternativa, a subsistência é sua finalidade principal.

estimular o aumento da taxa de lucro sem que para isso fosse imperativo chegar na época, a uma saída radical para a exploração al^umentar via a transformação da mesma, por exemplo, para uma base capitalista.

CAPÍTULO V - O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-60): A INDUSTRIALIZAÇÃO
PRÓ-IMPERIALISTA, URBANIZAÇÃO E COMPRESSÃO SALARIAL

1. A MUDANÇA DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO

O período correspondente à administração de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) sem dúvida representa um marco na história econômica brasileira. O fato marcante foi a reversão da forma e a aceleração do ritmo em que vinha evoluindo a industrialização brasileira, dando uma radical guinada no curso impresso à economia. Desde então, o novo perfil da indústria passou a ser moldado, do ponto de vista do padrão de acumulação de capital, sob uma base imperialista. Esta característica do modelo de desenvolvimento econômico implementado naquele momento, logo se revelou ser de um custo social bastante alto.

Observa-se a médio prazo também a redifinição do papel do Estado em relação à sociedade civil.¹ Tal virada é perceptível através da observação da evolução no comportamento do governo. A respeito, Carlos Lessa qualifica o governo de J. Kubitschek como "o de maior transformação qualitativa" na economia brasileira, tendo no Plano de Desenvolvimento, o chamado "Plano de Metas", a "mais ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada".²

O que melhor esclareceria essa radical mudança de rumo da economia brasileira - que se processou sob a ação planejada do Estado, conforme apontam Linhares e Silva³ - seriam as opções fei

1 - Isto é bem assinalado por F. Oliveira, ob. cit., 1977 b, p. 82.

2 - Carlos Lessa, 15 Anos de Política Econômica no Brasil, Rio de Janeiro, Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE, 1964, p. 27.

3 - Ob. cit. p. 127.

tas diante da situação de impasse em que estava a economia nacional. Kubitschek assumiu seu mandato, em 1956, com a intenção de reequipar o parque industrial através da introdução de capital estrangeiro. Para isso se fez necessário uma rearticulação das classes, grupos sociais e econômicos ligados aos interesses da desnacionalização da economia brasileira. Dessa forma, inicia-se a submissão de parte da burguesia nacional aos interesses do imperialismo - então em plena fase de recuperação em escala mundial - assim como a interiorização da dependência da economia nacional ao capital monopolista estrangeiro.

Outro caminho escolhido, foi o de promover a expansão do mercado interno, exigindo-se para tanto um irrestrito apoio político e social para o processamento de amplas mudanças estruturais em que a agricultura teria um papel-chave a desempenhar. Esta, por exemplo, haveria de garantir a produção de alimentos aos centros urbanos, em particular às cidades de maior porte e com altas taxas anuais de expansão.⁴ Esse aumento da base urbana, necessariamente constituiu fator estimulante da crescente integração do mercado interno assim como da ocupação de fronteiras e de transformações na agricultura.

Dentre as relevantes realizações do governo de Kubitschek (criação da SUDENE, construção de Brasília, etc.), o "Plano de Metas", se sobressaiu pela amplitude de suas estratégias de ação. Para reorientar a economia, sob uma perspectiva de industrialização nos moldes do modelo acima esboçado, não foram medidos esfor

4 - Vilmar Faria em O Sistema Urbano Brasileiro, Um Resumo das Características e Tendências Recentes, São Paulo, Ed. Estudos CEBRAP, 18 out-nov-dez/1976, p. 91-115, aborda essa questão, referindo-se às cidades de mais de 20.000 habitantes, em rápida expansão no período 1950-60. Estas cresceram a uma taxa anual de 7,28%.

ços. Dos objetivos gerais do "Plano de Metas",⁵ destacam-se: a) abolir os pontos de estrangulamento da economia por meio de investimentos infra-estruturais a cargo do Estado, como condição indispensável a atratividade do setor privado e b) incentivar a expansão das indústrias de base, tais como a automobilística (de transporte pesado e de utilitários), indústria pesada e de material pesado, enquanto pré-requisito necessário para viabilizar a penetração do setor privado estrangeiro e nacional. Atendia assim, um dos objetivos centrais desse programa, que visava atrair empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia, para atingir um outro objetivo maior: o de incentivar a modernização geral do sistema produtivo.⁶

No entanto, o que ficou como principal característica do padrão de acumulação em fins da década de cinquenta, foi a ênfase dada à produção de bens suntuários. Para isto se encontrou de imediato um não desprezível suporte: a) no significativo mercado proveniente dos níveis de concentração alcançados no precedente governo de Vargas, e b) na abundância de mão-de-obra, esta em vias de ampliação sob a ação expansionista do capital. É que o desenvolvimento da indústria de suntuários está condicionado pelas limitações de comércio exterior e, internamente, pela capacidade de criação e expansão de seu mercado específico. Este, por sua vez, depende dos níveis de acumulação e de concentração da

5 - Para efeito de comparação e reflexão usamos aqui a subdivisão do "Plano de Metas" sob o ponto de vista da aplicação de recursos: (I) Setor de Energia 43% do investimento total, (II) Setor de Indústria de Base: 20% (visto por J. Kubitschek como o setor crucial para atingir a vigorosa política de industrialização). Celso Lafer, em *O Planejamento no Brasil - Observações sobre o "Plano de Metas" (1956-61)*, São Paulo, Ed. Perspectiva, Coleção Debates de Economia, nº 21, 1975.

6 - Compare-se com O. Ianni, ob. cit., cap. V.

renda e conseqüentemente, da estratificação social. Portanto, os consumidores da produção desses bens de luxo estão representados nas figuras da pequena, média e, principalmente, da grande burguesia.

A partir de então, o processo de implantação e desenvolvimento do novo padrão de acumulação determinou o surgimento de complexas interrelações e contradições. Estas devem ser levadas em conta por quem quer que pretenda se pronunciar sobre as questões essenciais da economia brasileira, sob pena de não entendimento real desse processo enquanto principal determinante das condições sócio-econômicas predominantes no País desde então.

2. O FINANCIAMENTO DO NOVO MODELO DESENVOLVIMENTISTA

Colocamo-nos aqui diante das principais formas de financiamento interno e externo do processo de acumulação industrial. Analisaremos essas formas sucintamente, pela sua relação com as mudanças registradas na participação de cada um dos diferentes departamentos da produção social.

Retomando o entendimento de F. Oliveira⁷, vimos que o financiamento interno do padrão de acumulação - que direcionou a economia na gestão de Kubitschek - recorreu a expedientes "dolorosos" consubstanciados na aplicação da política salarial e nas outras políticas econômicas (cambial, fiscal e monetário-financeira) do Estado.

A política salarial, em cuja formulação o Estado empenhou-se com destaque, jogou um papel-chave, que viabilizou uma maior e mais eficiente exploração da massa assalariada.

7 - Ob. cit., 1977b, p. 85.

Caracterizando o comportamento do Estado-planejador nesse terreno, N. A. Souza⁸ tenta apreender no tempo e em profundidade as formas de utilização da política salarial. Situa então a questão no terreno político e entende que o baixo nível de conscientização das classes atingidas, constituíam um empecilho à sua organização, pelo que mal podiam reagir à deteriorização de suas condições de vida.

A aplicação da política salarial - sob o ativo e eficaz patrocínio do Estado - se efetivou de forma direta, obrigando o trabalhador a suportar uma crescente exploração. Entretanto, o rebaixamento do salário real tornou-se prática rotineira enquanto o mecanismo a ser mais amiúde aplicado pelo Estado em benefício do grande capital, para compensar a tendência decrescente da taxa de lucro e assim não comprometer a evolução ascendente nos níveis de acumulação.

Sob a ação nefasta da política salarial, facilitada pela espiral inflacionária, a massa assalariada perdeu com maior ou menor rapidez o acesso aos meios materiais de consumo, incluídos bens alimentícios básicos para sua subsistência. A distribuição do produto social sob essas condições poderia, a longo prazo e mesmo a médio prazo, comprometer a reprodução da força de trabalho do trabalhador direto. A curto prazo, pudemos já visualizar o início desse processo através da desvalorização da força de trabalho que se efetivou como resultado da política salarial, cujo efeito degradante foi amplificado pela inflação (a qual, se bem que trouxe efeitos indesejáveis para todos os agentes econômicos, inegavelmente prejudicou mais aos mais fracos, já que os capitalistas se saem relativamente bem dela).

8 - N. A. Souza, ob. cit., p. 97.

Nesse contexto, a classe trabalhadora organizava-se en caminhando lutas de características econômicas basicamente sob a forma de greves, contra o aumento do custo de vida, enquanto se canalizava "politicamente para o projeto nacionalista"⁹ a despontar nos fins dos anos cinquenta. Isto era realizado no intuito de propor uma saída à crise nacional, que se caracterizava pela marginalização da maioria da população brasileira em função do padrão de acumulação industrial imposto à nação. Os acontecimentos políticos do início dos anos sessenta marcaram o desfecho desta evolução.

Quanto às demais políticas econômicas, para o período da administração de Kubitschek e se considerando as correspondentes bases político-sociais, observam-se certos limites para uma utilização ampla.¹⁰

A política cambial, "imobilista e liberal", refletiu a "extrema severidade das receitas cambiais", merecendo destaque a Lei de Tarifas de 1956, que criou mercados cativos para as indústrias em implantação, verdadeiros "mecanismos de oligopolização".¹¹

A política fiscal, responsável pelo freio à expansão das receitas do Estado, não contribuiu de forma direta e destacada à acumulação industrial.

Isto face as suas próprias limitações. Além do mais, foi freada em sua capacidade de expansão, diante da inviabilidade da captação de excedentes do Departamento III, que passou a exigir um período de maturação. Ao atingir esse ponto, decerto a contribuição da política fiscal ao financiamento interno torna-se

9 - N. A. Souza, ob. cit., cap. IV.

10 - F. Oliveira, ob. cit., 1977 b, p. 86.

11 - Idem, p. 86.

digna de atenções, enquanto forma indireta de acumulação/centralização capitalista.

No que se refere à política monetário-financeira, "insôlita e audaciosa", não mediu distâncias, nem conseqüências, enquanto aproveitou, e até certo ponto alimentou, o processo inflacionário. A espiral de inflação, mesmo corroendo toda a economia, facilitou uma política econômica que exponenciou a exploração dos assalariados, beneficiando aos capitalistas.

Ainda houve outras exigências para a implantação do Departamento III no que diz respeito ao financiamento interno, que passaram a constar do "Plano de Metas". Em primeiro lugar, estava a necessidade de se dar continuidade à programação feita no Governo Vargas para o Departamento I, no intuito de assegurar o abastecimento das matérias-primas indispensáveis ao próprio funcionamento do processo produtivo: ferro, aço, petróleo, etc. Isto tudo sob pena de se ter que importá-las em quantidade significativa, o que não parecia viável diante do difícil momento que atravessavam as exportações do Brasil. Em segundo lugar, veio o imperativo da criação e expansão da infra-estrutura, principalmente energética e de transporte, imprescindível para satisfazer tanto necessidades imediatas do processo de industrialização, como necessidades básicas da vida urbana e das criadas pelo próprio padrão de acumulação. Essas exigências passaram a demandar cada vez mais recursos em virtude de sua crescente ampliação.

Francisco de Oliveira,¹² põe em destaque que o financiamento, seja para a implementação da indústria do Departamento I, seja para a criação de infra-estrutura, foi de difícil cobertura. Devido à falta de recursos suficientes, o Estado apelou para o fi

13 - Ob. cit., 1977 b, p. 86.

nanciamento inflacionário diante da impossibilidade de realizar, sob a correlação de forças populares de então, uma reforma fiscal.¹³

Tal recurso consistiu na utilização da inflação enquanto técnica de "confisco salarial", conhecida pela denominação de "poupança forçada",¹⁴ e ¹⁵ constituindo um importante mecanismo estimulado pela política monetária para viabilização do processo de acumulação industrial.

No que diz respeito ao financiamento externo, o obstáculo maior residia na instabilidade do crescimento das exportações primárias, problema irremovível naquela conjuntura. Atravessava-se uma crise de exportações desde a Segunda Guerra Mundial, estendendo-se - sob a influência da CEPAL - que a agricultura de exportação não mais deveria ser estimulada, vulnerável que sempre foi aos reveses do mercado internacional e portanto suscetível de se comprometer duramente o desempenho econômico nos períodos de crise. A alternativa seguida, foi a da "substituição de importações" através da industrialização. Consequentemente, estimulou-se o investimento direto de capital de risco captado no exterior.¹⁶

A burguesia industrial nacional, principalmente a representante do Departamento II (que estava no momento em condições

13 - F. Oliveira, ob. cit., 1977b, p. 86.

14 - Paul Singer, em *Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975*, Estudos CEBRAP, nº 17, jul-ago-set/1976, p. 67, revela a prática do Estado nos processos de emissão e do proporcional aumento do imposto indireto, para consecução do mecanismo de poupança forçada. Diante da tutela estatal, a mesma assume imagem pública de interessante característica para a prática estatal planejadora, a serviço do capital.

15 - Ianni, ob. cit., p. 192.

16 - Regulado pela Instrução 113, de 17 de janeiro de 1955, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que concedia tratamento preferencial ao capital estrangeiro. A respeito, veja-se Raimundo Moreira, em *O Nordeste Brasileiro: uma Política Regional de Industrialização*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979, p. 30-31.

de inferioridade, diante de um processo de tão ampla capacidade de monopolização e de reestruturação geral de forças na economia, rearmou-se em dois segmentos.

O primeiro cede, acomodando-se à condição de sócio minoritário de poderosas empresas estrangeiras e tirando proveito imediato da possibilidade de também se beneficiar dos incentivos governamentais garantidos pela Instrução 113 da SUMOC. Ao mesmo tempo, essa fração estabeleceu estreitas relações com a burguesia agrária a fim de obter do setor exportador agrícola a cobertura das importações que não fossem beneficiadas já pela Instrução 113.

O outro segmento da burguesia industrial, albergado principalmente no Departamento II e resistente à penetração industrial imperialista, quando não sucumbiu pela insolvência, enveredou na luta nacionalista, passando à reflexão e procura desesperada das formas que puderam viabilizar sua sobrevivência e expansão. O que melhor passou a caracterizar sua posição foi a reivindicação de uma Reforma Agrária. Esta proposição tinha por fundamento a forte concentração fundiária, na qual se via a responsável maior pelo estancamento do Departamento II. Por outro lado, somavam-se a essa luta as classes populares que vivenciavam as condições miseráveis que acompanharam de imediato a implantação do novo padrão de acumulação.

Neste ponto enfrentou a burguesia nacionalista com a grande burguesia industrial-financeira e agrária.¹⁷ Passou também a se constituir em lugar de convergência com os setores populares que estavam na luta nacionalista, atingidos pelo desenrolar da dinâmica reinante e seus mecanismos diretos e indiretos de compressão salarial.

17 - N. A. Souza, ob. cit., cap. IV.

Em torno das reivindicações da burguesia nacionalista e das classes populares assalariadas urbanas, alinharam-se as reivindicações camponesas (diante do arruinamento de suas condições já secularmente miseráveis e frente a uma política fundiária concentracionista). Dessa forma delineou-se um amplo e forte ensejo nacionalista a exigir mudanças estruturais imediatas. Foi o prelúdio do embate de forças no plano político que sacudiu o Brasil no início dos anos sessenta.

3. O INTERRELACIONAMENTO ENTRE OS DEPARTAMENTOS I, II E III NO NOVO MODELO

No novo interrelacionamento estabelecido entre os diferentes departamentos da produção social, as conseqüências maiores do crescente papel do Departamento III configurou-se na atrofia relativa do Departamento I. Isto significou uma reversão de tendência em relação ao período Vargas, assim como a sufocante condição do Departamento II.

A preponderância do Departamento III, ao "tornar irreversível o processo de controle oligopolístico".¹⁸ determinou necessariamente também o interrelacionamento dos capitalistas atuais: a) com o Estado, ao incidir de maneira decisiva a torná-lo definitivamente empreendedor produtivo, na economia, que passou inclusive a associar-se ao capital privado (USIMINAS e COSIPA) e b) com o operariado, numa relação de absoluta desigualdade, por serem os detentores dos meios de produção e terem no Estado seu executor dos ditames da política de arrocho salarial, então facilitada pelo baixo nível de conscientização e organização da classe assalariada.

18 - F. Oliveira, ob. cit., 1974, p. 89.

Dentre as contradições geradas pela evolução preferencial do Departamento III, em detrimento do Departamento I, F. Oliveira¹⁹ aponta para aquela consistente em se tratar de uma indústria voltada para o mercado interno, entretanto controlada pelo capital estrangeiro, com implicações diretas na crise decorrente dos problemas oriundos do Balanço de Pagamentos.

Outra importante contradição, configurou-se no fato da desativação parcial do Departamento I em prol do estabelecimento de condições mais favoráveis à implementação do Departamento III. Tratou-se, em particular, de garantir o abastecimento de seu processo produtivo no que se refere às matérias-primas indispensáveis (ferro, aço, petróleo, etc.), que de outro modo teriam-se que importar.

Operou-se então, um expressivo desenvolvimento preferencial da indústria de bens suntuários, baseada e assegurada no significativo grau de concentração da renda, tanto no âmbito urbano como rural. Condições inversas no nível de distribuição da renda e da terra, funcionariam como elemento inibidor à indústria suntuária. Assim sendo, a intensificação dos processos de concentração/centralização de capital (e renda) pôde ser atribuída a uma intenção deliberada que, como contrapartida, provocou em especial uma super-exploração do trabalho, facilitada enormemente pela existência de um amplo exército industrial de reserva.

A industrialização promovida, atendeu, concomitantemente, à exigência da ampliação/modernização do aparelho administrativo estatal e empresarial, abrindo mais espaços para o emprego de trabalhadores altamente especializados e técnicas as mais diversas, isto é, segmentos sociais que integraram parcialmente a elite de consumidores da produção do Departamento III.

19 - Ob. cit., 1977 b, p. 87.

Sintetizando esse processo: medidas de política econômica resultaram num processo de crescente industrialização e de concentração/centralização de capital que exigiram a ampliação do pessoal qualificado que trabalhava na administração empresarial e estatal, o qual constituiu um segmento de trabalhadores com melhores níveis salariais, representando, em consequência, mercado do Departamento III. Assim, enquanto mais avançava o processo de acumulação e as forças produtivas em geral, mais se ampliava o mercado desse departamento. Nesse sentido, vislumbraram-se duas divisões básicas: uma entre a grande burguesia e demais classes sociais, e a outra, dentro do conjunto dos assalariados, separando a pequena burguesia do operariado.

À luz desse raciocínio, fica clara a funcionalidade da manutenção do caráter concentrado da estrutura fundiária. Precisamente ela é quem mantém as bases materiais da burguesia agrária que, com sua potencialidade de consumo de bens suntuários, representa um mercado para a produção do Departamento III, encaixando assim no padrão de acumulação desenhado para o Brasil à época.

4. INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E MERCADO INTERNO

Para captar o processo de industrialização monopolista em seus efeitos sobre o processo de abastecimento, temos que ampliar nossa investigação de forma a abranger também os efeitos mais imediatos sobre a urbanização e o mercado interno. Isto, porque o abastecimento tem sua evolução, por um lado, diretamente proporcional ao crescimento populacional urbano e, por outro, adequa-se às características da demanda, a qual tem seu perfil determinado pelos níveis de quantidade e qualidade imperantes no mercado interno.

Nossa preocupação, aqui, é com as conseqüências do fato de que a industrialização nesse período reforçou sua concentração na região Centro-Sul. Como efeito dessa maior alocação, observou-se: a) que a concorrência industrial²⁰ que favoreceu a industrialização do Centro-Sul determinou o crescimento da produção, também em função dos mercados das outras regiões, na prática debilitando e até destruindo o crescimento industrial destas;²¹ b) que o suprimento de manufaturados provenientes do Centro-Sul e destinados às demais regiões, teve o efeito de unificação do mercado nacional.

A debilidade ou destruição das bases artesanais e de pequenas fábricas, nas regiões atrasadas, além de contribuir para a baixa conjuntural da agro-exportação nos anos cinquenta, resultou na liberação de contingentes de força de trabalho. Considerando-se também a diminuição das taxas de mortalidade como elemento contribuinte ao aumento populacional, dispomos portanto de vários elementos explicativos dos processos migratórios do Nordeste e do Sul. Um outro fator que incentivou as migrações estava na atratividade inerente à economia urbana, para onde provavelmente fluíram também as populações rurais e dos pequenos centros urbanos. Brandão,²² por exemplo, coloca como possível que nos anos cinquenta, os migrantes do Nordeste de Minas Gerais e do interior de São Paulo, tenham dirigido-se principalmente para a grande São

20 - Além das vantagens provenientes da adoção de inovações tecnológicas, a ação do Estado foi decisiva na retirada gradual das vantagens comparativas derivadas do custo inferior da força de trabalho das demais regiões, através da igualação dos salários mínimos regionais. (Juarez R. Brandão Lopes, em Desenvolvimento e Migrações: uma abordagem histórico-cultural, São Paulo, Estudos CEBRAP, nº 6, out-nov-dez/73, p. 132. As Conseqüências do lado da oferta e dos capitalistas, são negativas e prejudiciais, por aumentarem os custos de produção.

21 - Idem, p. 132. Aí o autor ilustra a colocação referindo-se às evidências da considerável destruição do artesanato rural e semi-rural, e até de fábricas locais, depois da invasão de produtos manufaturados do Centro-Sul.

22 - Ibidem, p. 132 e 133.

Paulo, na expectativa de se agregar ao processo de industrialização. É que foi lá onde se abriram espaços, tanto para mão-de-obra mais qualificada e com instrução técnica de nível médio, como também para os grandes contingentes de força de trabalho semi e não-qualificada.

Por outra parte, o setor de serviços inerente à economia urbana, despontou também sob atividades não necessariamente ligadas, de forma direta, ao processo de industrialização. Foram estimuladas e associadas à existência de um excedente de força de trabalho residente nas cidades mais dinamizadas pela industrialização.²³

O processo de industrialização nos anos cinquenta esteve, portanto, associado ao processo de absorção da população migrante. Nesse mesmo processo, a migração constituiu-se causa e consequência do desenvolvimento econômico resultante.

Como foi posto acima, à ação estatal ficaram creditadas, indiretamente, as migrações em geral. O favorecimento às condições econômicas e institucionais propícias ao auge da economia urbano-industrial, junto com a expulsão dos trabalhadores do campo, foram as causas determinantes do processo migratório e do crescimento populacional e econômico urbano.

Durante o Governo Kubitschek persistiu a aliança da grande burguesia industrial com a agrária, sob um pacto de mútuos interesses. Consideramos por conseguinte, que o caráter de acumulação monopolista industrial, assim como o da concentração fundiária, imprime aos processos de produção industrial e agrícola, res

23 - A título de exemplo, citamos a proliferação de pequenas oficinas de arte sanato e de serviços de reparo (ligados mais amiúde às indústrias automobilística e de eletrodomésticos em geral).

pectivamente, uma dinâmica de concentração da renda. De outro lado, cresce substancialmente a massa da população urbana desfavorecida no processo dessa distribuição social da renda. Sob o pano de fundo dessa distribuição é que se delinea a demanda nacional em geral, interessando-nos, dela em especial, a demanda alimentar.

CAPÍTULO VI - A ADAPTAÇÃO GEO-SOCIAL DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR: (1956-60)

1. AS VIAS DE AUMENTO E REGULARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ALIMENTAR

O perfil do grande empreendimento que foi o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, revelou o imenso avanço industrial monopolista. Este transcorreu sob o pacto econômico-político da grande burguesia industrial e da burguesia agrária, tendo por base um processo de: a) pronunciada concentração da renda e do rebaixamento salarial e b) da manutenção da estrutura fundiária concentrada e concentradora.

A questão do abastecimento alimentar foi também influenciada pela realização de grandes obras. Assim foi por exemplo, com o maior empreendimento da época estudada: a construção de Brasília. Isto porque as correntes migratórias, principalmente provenientes do Nordeste e de Minas Gerais, encontraram nessa localidade grande espaço. Enormes contingentes populacionais tiveram aí seu engajamento sócio-econômico, especificamente aqueles voltados para a exploração da agricultura do mercado interno.

Para atender aos centros industriais em pleno processo expansionista, assim como as demandas excepcionais espacialmente concentradas (como foi o caso citado de Brasília) impôs-se uma reestruturação na economia, e em particular de seu setor agropeucuário. Nesse sentido foi relevante a continuidade da expansão da fronteira no Paraná, acomodando migrantes provenientes da região Sul. Estes ocupavam-se também da agricultura voltada para o mercado interno, constituindo uma outra significativa fonte de suprimento de alimentos.

A ocupação da fronteira, mesmo que tivesse a justificativa oficial de possibilitar o aumento da produção para o mercado

interno e conseqüentemente de atender às necessidades do abastecimento alimentar urbano, de fato pareceu ter respondido, prioritariamente, às pressões, para solucionar o grande problema social migratório vivenciado naquele período.

Na realidade, a ocupação da fronteira, não se efetivou de forma complexa e atendendo a todas as exigências do caso, ficando reduzida a uma questão técnica de deslocamento da população que consistia na simples junção de força de trabalho excedente com terras longínquas ainda não ocupadas, com vistas a aplacar a pressão dos contingentes de migrantes rurais sem terra e promover a produção para o mercado interno. A injeção de recursos, por exemplo sob a forma de crédito oficial para a atividade de produção mesma, praticamente inexistiu. A falta de vontade política efetiva nesse sentido, ficou patente quando se observa que no próprio Plano de Metas, as políticas definidas como de apoio à agricultura, além de terem sido contempladas com um percentual de apenas 3,2% do investimento total previsto pelo Plano de Metas, tinha destinação específica para investimentos em infra-estrutura de transporte e de armazenamento.

A solução encontrada para o problema social, criado pela expulsão de trabalhadores do campo, de seus lugares, foi a de ampliar a fronteira agrícola, forma esta, aliás, que não fere a estrutura fundiária. Isto representou a recriação ampliada do setor de pequenos agricultores. Tal situação, muito bem se coadunava com as necessidades crescentes do setor urbano-industrial por matéria-prima e em especial, por alimentos.

Outra direção seguida pela produção alimentar nesse período, complementar à oferta oriunda da fronteira, situou-se na própria região Centro-Sul. Aí o quadro também é de pequenas unidades de produção. Porém mais especializadas e com maior uso de

implementos e máquinas agrícolas, principalmente em função de exigências inerentes ao cultivo de certos produtos, com vistas ao aumento da produtividade e do melhor desempenho econômico. A manutenção da pequena produção nessa região, ocorreu num clima de disputa pela divisão do espaço, com a grande produção de exportação. Esse fato, assim como o aumento da demanda urbana, constituíram-se elementos determinantes nas decisões de modernização dessa agricultura alimentar.

O abastecimento alimentar, em especial a partir daquele momento, passou a exigir maior regularidade. A demanda urbana de então já contava com o significativo componente, de grande representatividade, da massa operária e demais segmentos populares, cuja dieta pouco diversificada tinha por base, grãos: feijão e arroz, fundamentalmente.¹

Por outro lado, a pequena e média burguesia, via de regra auferindo altos rendimentos, junto com a grande burguesia, compuseram uma demanda de bens substanciais e qualitativamente diferenciados.²

O desempenho agroalimentar, seja via exploração de novos espaços, ou via intensificação da produção nas "áreas velhas", ia de encontro ao perfil social da demanda urbana. Acreditamos existir certa lógica no fato de surgir uma divisão social da produção alimentar, à qual corresponderia com uma emergente bifurcação da

1 - Conforme Alves & Vieira, em Evolução do Padrão Alimentar da População de São Paulo, São Paulo, FIPE/USP, 1978. Apenas o arroz e o feijão eram responsáveis por 32% das calorias e 39% das proteínas consumidas pelas famílias de baixa renda.

2 - Os trabalhos de pesquisa de P. Junqueiro, Abastecimento de gêneros Alimentícios na Grande São Paulo, 1972 (mimeo); Armando Barros de Castro, Aspectos da Interdependência Econômica entre a Estrutura de Consumo e a Comercialização Agrícola, Piracicaba, ESALQ/USP, 1972 (Tese de Doutorado), mostram que para níveis de renda diferenciados, há também estruturas de consumo distintas. As classes de maior renda têm gastos com alimentos que possuem maior valor nutritivo como as carnes, os ovos, as frutas e as verduras.

demanda alimentar. Esta pareceu ter se compartimentalizado nesse período de avanço industrial, quando o crescimento econômico reforçou a crescente polarização sócio-econômica, separando mais os estratos de baixa renda, daqueles de maiores rendimentos, sendo que a produção camponesa alimentar da fronteira, basicamente composta de grãos e tubérculos, passou a suprir principalmente os segmentos de baixa renda.³ Já a agricultura alimentar, situada na proximidade dos centros consumidores, passou a especializar-se em produtos mais sofisticados e tecnicamente mais exigentes (devido também, a fatores tais como, perecibilidade de determinados produtos, por exemplo, hortifrutigranjeiros e leite). Sua produção, estava mais orientada ao atendimento da demanda crescentemente diversificada e exigente nos padrões de qualidade, das camadas sociais de altas rendas. Isto colocou exigências pesadas de tecnificação nesse setor produtivo, criando condições próprias para sua capitalização.⁴

2. A INFRA-ESTRUTURA, COMO ÚNICO APOIO À OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

As questões econômico-sociais causadoras das migrações, foram as que em primeiro lugar favoreceram à ocupação das terras de fronteiras. Nas disputas de terras, estava envolvido um significativo contingente de pequenos produtores autônomos. Para o Governo de J. Kubitschek, o fundamental era a manutenção de seu

3 - Sob a ótica industrial, a produção e o suprimento alimentar urbano representam essencialmente a base material que possibilita a reprodução da força de trabalho.

4 - Os responsáveis por este tipo de produção passam a ser necessariamente e cada vez mais, pessoas com capacidade administrativa e experiência de mercado, isto é, de comportamento capitalista. Portanto, diferenciam-se totalmente do produtor camponês da fronteira.

projeto populista (que agregava espaço político para todos os segmentos sociais) e o adiamento dos problemas que desestabilizassem o sistema. Com essa preocupação sempre latente, é que foram orientadas as políticas de ocupação de fronteiras agrícolas, que procuravam resolver, por via política e pacificamente, tais problemas, evitando que os conflitos sociais se expandissem e adquirissem gravidade futura.

Sob a ótica urbano-industrial, a problemática das migrações não importava diretamente. E este objetivo era perseguido pelo Estado, quando tentava apaziguar os conflitos nas regiões de onde partiam os migrantes e ao estar presente no processo de sua realocação aos novos espaços, para se antecipar a outros possíveis problemas. O que interessava à acumulação industrial era a existência de força de trabalho e de terras em abundância, necessárias na ocasião, ao aumento da produção para o mercado interno. Assim é que o aumento da produção tornou-se possível nas áreas de fronteira, através apenas da expansão horizontal, sem nenhum custo social referente a apoios de ordem técnica e financeira. Naquela conjuntura, os incentivos dessa natureza foram todos canalizados para a industrialização, em pleno processo de monopolização.

Desse modo, a agricultura de atendimento ao mercado interno, integrada principalmente por pequenos produtores massivamente situados nas áreas de fronteira agrícola, constituiu-se numa extensão das políticas de acomodação de populações rurais excedentes, expressas na orientação de ocupação de novas áreas que expandiam a fronteira agrícola. A ampliação da produção de gêneros alimentícios destinados ao abastecimento urbano, por sua vez, constituiu um desdobramento do mesmo processo. Note-se bem que, nesse período, não se encontram políticas específicas de apoio real e direto à produção alimentar para abastecer o mercado inter

no. Ao contrário, a inexistência de políticas agrícolas específicas, em particular de incentivos, expressaram desígnios de manutenção e continuidade dessa estrutura agrícola. Isto devido a função vital que os pequenos produtores isolados cumpriam, no modelo brasileiro de desenvolvimento capitalista.

À inexistência de maiores políticas, somava-se a inoperância do pouco que havia. A política de preços mínimos, por exemplo, por ser anunciada após o plantio, mostrava-se totalmente ineficiente, enquanto possível mecanismo de expansão ou reestruturação da produção. Por outro lado, quase inexistiam linhas de crédito agrícola oficial, para esse segmento dos pequenos produtores.

No entanto foi de importância vital, enquanto medida oficial de apoio indireto à agricultura de fronteira, a expansão da infra-estrutura de transporte, porque veio de encontro às necessidades do escoamento da produção de matérias-primas e de gêneros alimentícios aos centros urbanos. Além do fomento à infra-estrutura de transporte, a política governamental de armazenamento também constituiu-se como ponto de apoio à agricultura, por atuar como mecanismo de viabilização material da ocupação da fronteira agrícola pelos pequenos produtores.

As infra-estruturas de estradas e armazenagem eram apresentadas como suficientes à melhoria do sistema de distribuição comercial. Argumentava-se que a partir delas se desfaziam os nós existentes no sistema de comercialização. Justificava-se a falta de um envolvimento oficial maior nesse setor, propagando-se a idéia de que a consequência natural dos estímulos infra-estruturais seria uma modernização no sistema comercial que superaria quaisquer obstáculos aí existentes, para o sucesso da produção nas áreas da fronteira agrícola.

Nesse sentido, os setores governamentais optaram por acreditar que a agricultura cumpriria o papel histórico (a ela atribuído pelo capitalismo) de produzir alimentos e matérias-primas em proporções a preços tais, que abastecessem a contento, os centros urbano-industriais, cumprindo a estratégia de desenvolvimento almejada e planejada pelo Estado.

Desta forma, tentava-se resolver a questão agrária no país, em benefício do bom desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

3. A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA E NA PRODUÇÃO ALIMENTAR

Associou-se anteriormente a ocupação das fronteiras agrícolas aos processos migratórios, destacando-se a importância que coube ao Estado, na tentativa de solução dos problemas sociais e econômicos relacionados às populações migrantes.

Mostra-se aqui oportuno, destacar ainda, alguns fatos relacionados diretamente à queda no nível de emprego em escala nacional e seu efeito estimulante no processo de ocupação da fronteira agrícola e na correspondente exploração produtiva para o mercado interno, a partir de meados dos anos cinquenta.

Partiu-se da convicção de que os processos de reorganização e especialização da agricultura de subsistência nessa fase, e desde então, obedeceram principalmente aos impulsos gerados pela incapacidade do sistema social de gerar empregos nas atividades capitalista da economia, na mesma proporção em que ocorreu o crescimento da população economicamente ativa.⁵ Os fatos foram

5 - Nesse raciocínio, tomamos por referência a análise de Francisco de Sá Jr., em Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a função das Atividades de Subsistência. Seleções CEBRAP, São Paulo, nº 1, 3a. ed., p. 92, o qual desenvolve uma análise semelhante, acerca do crescimento da atividade agrícola de subsistência no Nordeste, associando-o à incapacidade da economia de mercado em absorver essa mão-de-obra.

os seguintes: a) o processo de acumulação industrial monopolista, concentrado no Centro-Sul, dada sua característica de uso intensivo de tecnologia, foi em si poupador de mão-de-obra; b) a nivelção regional do salário, consequência da aplicação da legislação oficial,⁶ por acarretar aumentos de custos insustentáveis para as indústrias locais menores e mais atrasadas, muitas inclusive artesanais, contribuiu para a destruição mais rápida das bases econômicas regionais;⁷ e c) a aliança política, entre a burguesia industrial e a agrária, garantiu a manutenção da estrutura fundiária concentrada (nas áreas velhas) entavando a implantação de condições mais democráticas de acesso e exploração da terra pelos trabalhadores agrícolas.

Foi em torno da forma específica da ocupação da fronteira, sob a aliança de classes acima referida, que se efetivaram a reorganização e a especialização da agricultura, em geral. E foi sob estas mesmas condições, que a agricultura alimentar passou a reger seu comportamento.

4. AS TRÊS FONTES DA PRODUÇÃO ALIMENTAR

Consideramos haver três fontes básicas da produção alimentar: a) a que permanece nas terras velhas, tendo seu crescimento vinculado a uma exploração de tipo intensivo; b) a que se expande de modo extensivo, através da fronteira externa, e c) a que proli

6 - No item "Industrialização, Urbanização e Mercado Interno", deste trabalho, já fizemos referência ao papel do Estado na criação da política salarial que, nas regiões mais atrasadas, por um lado, acabam com as vantagens características das indústrias tradicionais e, por outro, ao invés de acobertar o trabalhador, ajuda a destruição de suas fontes de emprego.

7 - Sem maiores prejuízos à demanda social face à imediata substituição da produção local pelos produtos industriais, originários da indústria modernizada do Centro-Sul. Esta, sobrepõe-se face às excepcionais condições de concorrência, o que favorece ganhos rápidos de espaços nesses novos mercados.

fera na fronteira interna, esta também baseada num processo de expansão extensiva.

Do ponto de vista deste trabalho, importa acompanharmos de perto, a segunda e a terceira fonte da produção de alimentos, por estarem voltadas ao abastecimento imediato da força de trabalho urbana. Isto servirá de marco ao nosso objetivo de apreensão dos principais elementos que explicitarão a evolução da produção alimentar, no processo geral de acumulação capitalista, nesse período tão importante da economia brasileira. Mas vamos por parte.

4.1 - A exploração intensiva

Conforme já nos referimos anteriormente, constatou-se um avanço da pequena agricultura alimentar, ainda sob base familiar, mas já com um nível melhor de tecnificação e com uma produção bastante especializada para o mercado, em especial na região Centro-Sul e particularmente no Estado de São Paulo. Os hortifrutigranjeiros, destacaram-se nesse sentido, alocando-se nos cinturões das áreas metropolitanas. As condições de sua localização em espaços privilegiados, assim como a possibilidade de elevar o volume do produto, devem ser vistas essencialmente, como algo inerente ao processo econômico que gerou uma expressiva demanda caracterizada por um significativo poder aquisitivo (da pequena, média e grande burguesia urbana⁸). Essa demanda representou um

8 - Acharmos importante relembrar aqui, a hipótese levantada por Francisco de Sá Jr., ob. cit., p. 83, de que o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, por um lado é "modernizador" enquanto por outro, é "arcaizante" (por exemplo ao revigorar uma economia camponesa na fronteira quando muitos pensavam que esta tendia a desaparecer). Porém conclui, que o ressedualismo é aparente por estar inserido no movimento central do padrão de acumulação.

importante estímulo à dinâmica dessa exploração agroalimentar. De certo, que exigências de ordem técnica, a exemplo de perecibilidade inerente aos produtos hortifrutigranjeiros, por si sós, não constituíram elementos explicativos da especialização dessa região, nesse tipo de atividade agrícola.

4.2 - A fronteira externa

No período abordado (1956-60), a fronteira agrícola se expandiu principalmente através de três grandes frentes: o Norte do Paraná, o Sudoeste do Paraná e a Região do Centro-Oeste. Vamos abordá-las separadamente, para melhor apreendermos as especificidades de cada uma, de forma a melhor relacioná-las ao processo geral de acumulação industrial.

A) - O Norte do Paraná

A frente de expansão no Norte do Paraná, seguiu os passos, principalmente, dos empreendimentos da "Companhia de Terras do Norte do Paraná"⁹, que colonizou uma área de 13,2 mil km², correspondente a 1/15 do total do território do Estado do Paraná, mediante a venda, rápida ocupação e integração dessa área à economia nacional. Em decorrência, houve um significativo crescimento populacional nessa região: de uma população de 308.754 habitantes em 1940, passou para 954.508 em 1950 e para 1.834.679, em 1960.

Essa população na sua maioria, era oriunda dos fluxos migratórios, fundamentalmente provenientes do Estado de São Paulo

9- Sobre a origem dessa Companhia veja-se: Pedro Calil Padis em "A Fronteira Agrícola", Revista de Economia Política, vol. 1, nº 1, jan-mar/1981, São Paulo, Ed. Brasiliense, p. 61.

e também de Minas Gerais. Em menor escala, eram originárias dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

À título de ilustração, detemo-nos apenas pela sua relevância e representatividade, no caso do êxodo rural do Estado de São Paulo. Este, tem sua origem na crise da economia cafeeira dos anos trinta e quarenta. A baixa conjuntural da demanda internacional, provocou uma redução em cerca da metade do valor das exportações, o que fez com que o governo passasse a controlar a produção (e por conseguinte, a oferta). Para forçar a recuperação dos níveis de preços anteriores, promoveu a destruição de significativa parcela do produto, assim como proibiu qualquer expansão do cultivo e até apoio a eliminação de parte do parque cafeeiro. Em 1944, a produção de café atingia apenas 40% do nível de 1933.

Quando se tem presente, o fato do café ser cultura permanente (com um ciclo economicamente produtivo, em média de 15 anos), é fácil deduzir que a década de cinquenta, foi ainda herdeira dos efeitos dessa crise, mesmo quando o mercado já tinha se recuperado. Por outro lado, a industrialização (que se ampliou nos anos cinquenta, com excelente performance, principalmente no Estado de São Paulo), não foi capaz de absorver toda população que se tornava excedente na grande plantação cafeeira, além dos contingentes de migrantes e os derivados do próprio crescimento vegetativo. A crise cafeeira, provocou no âmbito de muitas cidades, grande baixa em suas atividades econômicas - especificamente daquelas que foram subsidiárias à atividade econômica cafeeira.¹⁰

10 - Compare-se com P. C. Padis, ob. cit., pp. 64/5.

O que importa, entretanto, é o saldo populacional excedente que o processo de deterioração da economia do café e logo após o da industrialização geraram. Esse excedente, passou a constituir um fluxo migratório da maior importância para a abertura da fronteira agrícola, onde os recém-chegados, começaram também a plantar café, na expectativa de tempos futuros melhores.¹¹ Embora no período do qual tratamos, a atividade agroexportadora do café, ocupasse lugar destacado, o fato é que a produção de outros alimentos tornou-se significativa. Isto se deveu a que, nos primeiros anos, a cultura do café permitiu a combinação de plantios intercalados de gêneros alimentícios, cuja produção (descontadas a parte do autoconsumo) ia em primeiro lugar para abastecer os centros de consumo regionais. A esta oferta, somava-se o da pequena produção, fixada nas terras não aproveitáveis na cultura do café. O conjunto destas produções passaram a representar parcela substancial do abastecimento alimentar, para os grandes centros industriais. Para essa operacionalização, os estímulos provenientes da infra-estrutura de transporte, em combinação com a ampliação e melhoria da comercialização, foram decisivas.¹²

11 - Da mesma forma que sob todo o período do colonato no cafezal de São Paulo o imigrante estrangeiro produzia gêneros alimentícios a reboque da expansão cafeeira, levando seu excedente para o mercado urbano; também no Paraná, fenômeno similar aconteceu com os imigrantes que ali se instalaram, com a diferença: de que a parte para o abastecimento urbano ganhou em importância, face a imperiosa necessidade de aumentar o volume e a regularidade da oferta de produtos alimentícios, principalmente para a classe operária.

12 - P. C. Padis, ob. cit., p. 65, chama a atenção para as primeiras iniciativas frustradas - na década de quarenta - dos migrantes que no Paraná tentaram a exploração do café. Da mesma forma, foram frustradas suas tentativas de produzir gêneros alimentícios em maior escala, para os grandes centros industriais, face às dificuldades de transporte encontradas na época.

B) - O Sudoeste do Paraná

A outra frente de expansão da fronteira agrícola, localiza-se no sudoeste do Paraná. Essa área compreende 33,4% das terras do Paraná, correspondendo a 66.500 km². Até os anos cinquenta, essa região era praticamente desabitada. Das muitas iniciativas privadas e oficiais, inclusive de cessão de terras, só produziram, alguns núcleos, tendo no geral, um saldo negativo muito grande. Além da vasta destruição da floresta, sem nenhuma recomposição posterior, os casos de grilhagens estouraram aos milhares, principalmente desde fins da década de quarenta, até o início dos anos sessenta.¹³

O começo dos anos cinquenta marcou o princípio do processo de efetiva ocupação e integração econômica do Sudoeste do Paraná. Vários fluxos migratórios tiveram aí seu destino. Como resultado da grande dimensão dessa migração, observou-se que cresceu substancialmente a população do Estado. Antes do fenômeno migratório, o Sudoeste do Paraná, contava com apenas seis cidades; nos anos cinquenta, seu número passou para vinte e nos sessenta para sessenta e cinco.¹⁴ Conforme estatísticas censitárias, a população do Sudoeste do Paraná teve a seguinte evolução: 1940, 199.076 habitantes; 1950, 297.891 habitantes e 1960, 691.806 habitantes, expressando um crescimento muito elevado.

Quanto à integração dessa população a nível rural, fez-se através da proliferação de pequenas propriedades, com grande importância na produção alimentar e nas grandes propriedades onde havia evidências da utilização de terras no seu interior, por parte de pequenos produtores, na produção de gêneros alimentícios. Em

13 - P. C. Padis, ob. cit., p. 67.

14 - Idem, p. 67.

particular, destacou-se aqui o fluxo procedente do Rio Grande do Sul, que se intensificou a partir de 1956.

Baseado em observações estatísticas censitárias, Padis¹⁵ acredita poder associar a existência desse fluxo, em primeiro lugar, à incapacidade da economia sul-riograndense, em absorver os acréscimos populacionais, gerados no setor da economia rural. O autor ainda sugere que tal fato tornou-se crítico nas áreas onde era predominante a pequena propriedade com baixa disponibilidade de terras aproveitáveis.

Assim foi realmente nos espaços em que a pequena propriedade imperou, e onde esteve concentrado o maior contingente populacional, que se observou também os maiores excedentes populacionais, que passaram a migrar.

Entre 1940-60, no Rio Grande do Sul, as pequenas propriedades mais do que duplicaram, passando de um total de 47.724 para 100.132, registrando-se em simultâneo, uma ligeira diminuição no tamanho médio, que caiu de 5,6 para 5,2 ha., devido ao fracionamento de propriedades de porte médio.¹⁶

O aumento substancial do número de pequenas propriedades, junto à diminuição de sua área média, logicamente deveria provocar "ceteris paribus", uma elevação substancial da população excedente e em consequência da pressão demográfica, acentuou-se a luta pela terra. Porém, vale ressaltar que se a pressão demográfica não se fez forte, foi porque os excedentes populacionais formaram o grosso das frentes migratórias para o Paraná, des congestionando as áreas de origem.

15 - P. C. Padis, ob. cit., p. 68.

16 - Idem, p. 70.

No anos cinquenta, o Rio Grande do Sul viu sua pecuária de pequeno porte sendo substituída pela cultura do trigo e arroz, devido ao avanço da pecuária em outras regiões, que conquistava gradualmente, os antigos mercados sul-riograndenses. Decerto que a produção Rio-grandense reorientou-se, passando a ganhar desta que, a produção de alimentos vegetais.

Ocorreu porém, que as explorações do trigo e do arroz, já nasceram mecanizadas, sendo poupadoras de mão-de-obra. Daí surgiram também pressões para o deslocamento populacional, inicial mente para a economia urbana regional, também com reduzida capacidade de absorção, depois para os Estados vizinhos, de Santa Catarina e Paraná, que passaram a acolher os grandes excedentes populacionais da economia gaúcha.¹⁷

Houve ainda um outro fator, também originário da estrutura fundiária, ao qual é atribuível determinado peso na formação do fluxo migratório aludido. Refirimo-nos, ao crescimento das grandes propriedades no Rio Grande do Sul, que nesse mesmo período (1940-60), aumentaram sua área média de 14,5 para 19 mil ha., além de passarem de um total de 41 para 48 unidades.¹⁸

Foi possível associar esse processo de concentração de terras nas grandes propriedades como o fez P. C. Padis,¹⁹ face à significativa evolução da pecuária nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Aí, a prática de selecionar a raça e as distâncias mais curtas do mercado consumidor, teriam determinado custos menores e mesmo uma melhor qualidade dos produtos, exercendo forte pressão e concorrendo com vantagens com a pequena pecuária gaúcha. Como efeito desse processo, os pequenos pecuaristas, Rio-

17 - P. C. Padis, ob. cit., p. 69.

18 - Idem, p. 69

19 - Ibidem. p. 69.

grandenses, quando não substituíam a atividade pecuária pela exploração de trigo e/ou arroz, vendiam suas propriedades aos grandes criadores, com conseqüências semelhantes às acima já referidas e se deslocavam para o Sudoeste do Paraná.

Ficou fácil evidenciar que a evolução pecuária dos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, associou-se principalmente ao grande avanço urbano-industrial da época, indo afetar outras regiões tradicionalmente pecuaristas e fornecedoras dos mercados do Centro-Sul. Fatos como, a expulsão de populações de umas para outras regiões, estiveram na raiz do processo geral de acumulação capitalista, na reestruturação da divisão social do trabalho e na especialização das respectivas regiões, seja na produção agropecuária, seja na industrial.

C) - A Região do Centro-Oeste

O Centro-Oeste, a partir dos anos quarenta, passou a ser uma região com grande impulso, devido em boa medida à expansão de sua fronteira agrícola. No entanto, foi nas décadas de cinquenta e sessenta, que ela ostenta uma maior atratividade para as correntes migratórias, principalmente as oriundas do Nordeste e de Minas Gerais.²⁰

Desde a construção de Brasília, os grandes investimentos em rodovias, tanto para o Centro-Sul como para o Norte, exerceram especial atratividade sobre as frentes populacionais, às

20 - George Martine, em "Expansão e Retração de Emprego na Fronteira Agrícola", Rev. de Economia Política, nº 7, jul-set/82, pp. 55-75. O autor fez uma sucinta referência à ocupação da fronteira agrícola no Centro-Oeste. Para tanto utilizou como ilustração o índice anual de crescimento demográfico. Assim mostrou que entre 1940-50 os crescimentos populacionais de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte são, 3,93; 2,58 e 0,98, respectivamente. Entre 1959-60, esses crescimentos passaram para 4,65; 6,48 e 4,48, respectivamente.

quais tentavam sua integração sócio-econômica nas novas terras. Foi precisamente ao longo das rodovias, que se fixaram os migrantes, dedicando-se à exploração de alimentos básicos, com vistas principalmente ao abastecimento interregional.

A rápida construção da grande Brasília e das cidades satélites, gerou em curto espaço de tempo, um amplo mercado. Devido à estratificação social que passou a caracterizar o Distrito Federal, a demanda de alimentos também se estratificou. Destacaram-se nela dois segmentos principais: um numericamente superior, consumidor de alimentos básicos à base de grãos e outro, de demanda mais diversificada. Tudo indica, que a população urbana desde o princípio vinculada à construção civil, assim como as demais classes populares que trabalhavam nos serviços e nas pequenas indústrias de apoio e oriundas das mais diversas regiões do País, tenha desde o início, constituído-se nesse primeiro segmento de demanda, ao passo que a tecnoburocracia, os escalões médios e superiores das forças armadas e os demais estratos sociais, pertencentes à média e pequena burguesia, com uma dieta rica e variada, passaram a constituir o outro segmento da demanda.

A procedência desses migrantes, foi atribuída principalmente à crise econômica nordestina, assim como a de Minas Gerais. Esses fluxos populacionais, tiveram no Centro-Oeste, integração sócio-econômica relativamente fácil. Seja nos espaços da economia urbana, onde era possível a absorção, seja na agricultura de subsistência, onde jogaram papel importante pelo excedente comercializado nos mercados urbanos.

4.3.- A Fronteira interna no Nordeste

A contribuição do Nordeste como um todo, na produção alimentar nos anos cinquenta, deu-se basicamente por meio da ampliação dos cultivos no interior mesmo, das unidades de produção já existentes. Isto é, estendendo a "fronteira interna". Uma exce

ção a considerar, foi o Maranhão, onde a expansão da exploração agrícola alimentar, fez-se através da criação de novas unidades produtivas, ou seja, expandindo a "fronteira externa".

O fator decisivo que estimulou a expansão da agricultura de subsistência no Nordeste, nos anos cinquenta, assim como em outras regiões, foi o recesso econômico e a estagnação do nível de emprego nas atividades econômicas, principalmente capitalistas, da região, afetando tanto a indústria como a agricultura. Desta situação, derivou-se uma grande fragilidade econômica para a região, na segunda metade dos anos cinquenta.²¹

Os grandes problemas passaram a se acumular no âmbito urbano, onde a grande massa populacional buscou refúgio, provocan

21 - Para um melhor entendimento do processo de deterioração global da economia nordestina, destacamos alguns fatos: a drástica queda das exportações têxteis no pós-guerra; o declínio industrial, por efeito de problemas de natureza estrutural-funcional (devido à insuficiência de infra-estrutura de energia e transporte; má localização; desgaste dos equipamentos, devido à sobreutilização no período do boom das exportações; atraso tecnológico e incapacidade empresarial tradicional), além do problema relacionado ao enfrentamento da concorrência industrial do Centro-Sul, com excepcionais vantagens comparativas. Quanto ao setor agroexportador - em 1950, 16% do produto era exportado para outras regiões, enquanto 10% para o mercado externo - outro grande suporte econômico nordestino, enfrentou grandes dificuldades. O antigo mecanismo de exportação ao mercado paulista de algodão e açúcar, em compensação da perda de espaços no mercado externo, pareceu perder sua viabilidade. Por exemplo, houve uma perda substancial da demanda sulista por açúcar. A partir de 1946, a expansão açucareira de São Paulo, superou em muito, a expansão nordestina. O cacau e o sisal, apresentaram-se como alternativa de maior oportunidade à economia de exportação, sem contudo conseguir salvar a economia nordestina da estagnação.

Face às atividades básicas do Nordeste foram mantidas as características estruturais tradicionais, lado a lado à dinâmica da expansão econômica do Centro-Sul, não apenas na indústria, como na agricultura. São Paulo expandiu a produção açucareira em larga escala, chegando a aumentar em 10 vezes no período 1946-61, ao mesmo tempo em que o Nordeste conseguiu apenas duplicar sua produção.

Também a política cambial do pós-guerra, constituiu-se elemento determinante do valor das receitas dos exportadores, assim como a seca do triênio 1951/53, teve efeitos críticos para a agricultura de subsistência.

Essas ilustrações foram obtidas em Castro ob. cit. Vol. II, pp. 149-52, Sá Jr., ob. cit., p. 132 e Fernando B. H. de Melo em Política Comercial, Tecnologia e Preços de Alimentos no Brasil, Estudos Econômicos, Vol. II, abr-jun/1981, nº 2, IPE/USP.

do um exagerado crescimento demográfico. Recife, Salvador e Fortaleza exibiram acréscimos populacionais de 52%, 57% e 90%, respectivamente, no decênio 1950-60, somando um aumento absoluto de 750.000 habitantes.

Considerando a crise industrial, foi fácil deduzir que nesse setor, os espaços para emprego foram exíguos, com consequências diversas, tais como, a proliferação do pequeno comércio de rua, (os "ambulantes") e dos ("biscateiros"). A população, principalmente os setores mais carentes e mais afetados pelo desemprego e o sub-emprego, desenvolveu inúmeras estratégias de sobrevivência. Esta situação, por sua vez, se opôs ao êxodo rural-urbano regional e estimulou a permanência da força de trabalho na região, mesmo em condições piores.

Esse desenvolvimento repercutiu na produção e na formação do mercado nordestino de alimentos, na segunda metade dos anos cinquenta. Este, teve como elemento de maior transcendência e impulso a expressiva ampliação da urbanização; tendência que foi moderadamente reforçada pelo avanço do assalariamento na agricultura (principalmente a canavieira), o que contribuiu para o crescimento extensivo desse mercado.

Mesmo com toda a crise econômica, em essência, mantiveram-se as características estruturais da região. Os grandes estabelecimentos (mais voltados para a agroexportação), ao invés de redefinirem suas atividades e passarem a produzir alimentos para o mercado interno, na realidade diminuíram seu nível de atividade global. Isso fez com que as pequenas unidades produtivas pudessem produzir primordialmente para o abastecimento alimentar das populações urbanas da região (e só secundariamente para o resto do País). Indiretamente foi então prestado apoio a este setor produtor de alimentos.

Algumas mudanças substanciais operaram-se na produção alimentar: a) a nível das grandes unidades produtivas, verificou-se uma tendência ao arrendamento de suas terras; e b) o pequeno produtor, com a relação de arrendamento, passou a usufruir uma diferente condição econômica, com a possibilidade de esporadicamente conseguir, além de sua subsistência, reter uma renda monetária originária de excedente colocado no mercado. Estas mudanças repercutiram na oferta alimentar, resultando em um aumento surpreendente do excedente alimentar no período em questão, que tornou possível não apenas o abastecimento do mercado regional a um nível geral satisfatório, mas também à exportação, mesmo que só vez por outra, de gêneros alimentícios para outras regiões.

Na justificativa da ausência relativa da grande propriedade na produção alimentar para o mercado interno, tem-se que considerar ainda sua estrutura técnica, com orientação específica à atividade de exportação, o que em princípio dificultou sua redefinição para a produção de alimentos. Além da estrutura técnica não se adequar facilmente à baixa rentabilidade da exploração alimentar. O poderio político da burguesia agrária, aliás, permitia-lhes outras saídas, em geral criando-se mecanismos por parte do próprio Estado, que possibilitavam sua manutenção na mesma atividade (exemplo do IAA, criado em 1933), graças à generosos subsídios diretos e indiretos que facilitavam sua capitalização facilmente. Obteve-se assim os seguintes resultados concretos: a) a fundação e expansão das usinas de beneficiamento e o surgimento de investimentos de infra-estrutura e b) o avanço de transformações das relações de trabalho, onde o assalariamento passou a ocupar um lugar cada vez mais destacável.²²

Dentro da nova estrutura sócio-econômica, houve uma mudança na forma de encarar os momentos de baixa conjuntural. Até

22 - Compare-se com F. Sá Jr., ob. cit., p. 94.

um certo nível de avanço das forças produtivas, as unidades de produção, via de regra, reduziam suas atividades, porém mantendo a produção de subsistência, no intuito maior de sustentar a população nela engajada, como trabalhadores permanentes, assegurando assim sua continuidade. No momento em que o avanço das forças produtivas redundou na transformação da forma de inserção social de força de trabalho, no processo produtivo, gerando a proletarização, a unidade produtiva, agora sob bases capitalistas, desincumbiu-se da produção de subsistência nas fases de crises, podendo por isso reduzir sua atividade global, sem outras considerações, nem limitações alheias à lógica do lucro.

Portanto, a "contribuição" da grande propriedade nordestina ao abastecimento alimentar, consistiu não em um aporte efetivo de produtos alimentícios, mas na "liberação" de força-de-trabalho que além de aumentar a demanda, jogava nos anos de 1956-60, o importante papel na produção alimentar regional. Destacou-se criando a base material do avanço da agricultura de subsistência, principalmente este setor, o mais dinâmico naquela conjuntura, geradora de excedentes para atender à demanda por alimentos.

6.5 - A pequena produção e seus excedentes alimentícios

Na segunda metade dos anos cinquenta, a pequena agricultura passou a assumir relevante papel na determinação das condições do abastecimento alimentar e da acumulação urbano-industrial. O agricultor, principalmente o produtor da fronteira agrícola, embora continuasse priorizando a produção de subsistência, passou

a ter uma atuação mais voltada para o mercado e portanto mais sensível ao processo econômico geral.²³ Essa nova situação dos pequenos produtores, na prática funcionou como incentivo ao aumento de sua produção, com vistas ao crescimento da parte destinada ao mercado.

Tal evolução, converteu-se em ganhos para o setor urbano-industrial, pelo fato do abastecimento ganhar regularidade e pelo nível de preços dos produtos. Essa maior integração no mercado, pelo menos nesse período, valeu muito pouco para os pequenos agricultores que no geral, não conseguiram ascensão econômica que lhes possibilitassem, por exemplo, capitalizarem-se. Por ser um setor incapaz de reter o valor dos excedentes gerados, e produzindo diretamente sua própria subsistência, continuou vendendo seus produtos "excedentes"²⁴ a preços relativamente baixos.²⁵

Sob o ponto de vista da acumulação industrial, essa condição particular de reprodução auto-sustentada e geradora de um excedente apropriável, foi vantajosa para a manutenção do sistema. Isto através de duas formas: por permitir lucros ao capital, quando este interferiu na comercialização, e por ter constituído-se em oferta de gêneros alimentícios a preços baixos às classes populares assalariadas, reduzindo os custos de reprodução da força de trabalho.

23 - Ana Célia Castro e Outros, ob. cit., p. sugeriram que a maior abertura dos produtos dos camponeses na fronteira deveu-se ao fato da inexistencia de relações com um patrão como acontecia em outras regiões. Tal relação no Nordeste e no Centro-Sul, tinha o caráter de limitação da produção excedente para o mercado. Sob a vigilância do patrão, o agricultor do Nordeste ou do Centro-Sul, tinha seu tempo de trabalho excedente direcionado às atividades mais lucrativas, dentro da grande propriedade, isto é, era trabalho para o patrão. Além do mais, a produção alimentar, via de regra, era dividida com o patrão, o qual muitas vezes convertia-se no comerciante do eventual excedente de alimentos.

24 - É provável que já a partir desse período, a pequena produção tenha passado a produzir quantidades pré-determinadas para o mercado; prática aprofundada nos anos setenta.

25 - Veja-se a respeito, N. A. Souza, ob. cit., p. 229.

Se por um lado, o abastecimento de alimentos a baixos preços possibilitou aos setores operários da população urbana, assim como aos demais setores de baixo poder aquisitivo, o acesso a alimentos vitais, por outro lado, permitiu o aumento da exploração capitalista. Esta, efetivou-se através da desvalorização da força de trabalho e do conseqüente rebaixamento dos salários nominais (diante do fato de que significativa parte dos salários era destinada à alimentação), com evidente aumento da mais-valia relativa e dos lucros.

Em resumo, do reduzido custo de produção e dos baixos preços dos alimentos fornecidos por esse setor de pequenos produtores, beneficiaram-se o capital comercial (com os produtos que compravam barato e vendiam caro), o capital comercial (que comprava barato os insumos produtivos que necessitavam) e o capital em geral, que pôde reduzir a parte relativa destinada a salários.

Os fatos apontados sugeriram que seria ingênuo pensar que os maiores beneficiados dessa produção de alimentos a preços baixos foram os trabalhadores assalariados, simplesmente por serem os grandes consumidores dos produtos alimentícios dessa origem. O próprio Estado, através da intervenção governamental nos mercados de produtos alimentícios e de trabalho, contribuiu para repassar os benefícios finais para o capital (por exemplo, promovendo políticas que mantiveram os salários a baixos níveis

Mesmo se considerando todas essas condições, na segunda metade dos anos cinquenta - período de intensa acumulação - observou-se uma relativa escassez de alimentos. Esta pôde ser atribuída à insuficiente expansão da pequena produção que não acompanhou o ritmo de crescimento da demanda urbana. Enquanto a taxa de crescimento industrial passou de 8,8% no período de 1947-54 à de 10,4% no 1955-60, a taxa de crescimento da produção alimentar

nos respectivos períodos desceu de 4,9% para 4,3%. Esta evolução esteve na base do maior aumento relativo dos preços de alimentação, em comparação aos preços industriais no período em questão.²⁶

Aconteceu porém, que aquilo que desde os anos cinquenta até à metade da década de sessenta, era funcional e satisfazia as necessidades de reprodução ampliada do sistema (do capital) - o atendimento do abastecimento, a preços baixos, pela agricultura de pequeno porte - começou a revelar-se insuficiente e a apresentar incompatibilidades. Isto porque o sistema de abastecimento apoiado sob a base citada, passou a sofrer as conseqüências do processo de acumulação, perdendo, na trajetória de reajustes sucessivos do modelo econômico, a capacidade de atendimento alimentar nas condições já referidas. Foi aí, onde se originou um impasse, que se criaram as condições para a crise do setor alimentar, as quais adviriam a partir da primeira metade dos anos sessenta, em particular com a implantação do regime econômico-militar implantado em abril de 1964.

26 - Essas informações foram utilizadas de Marini, Rui Mauro, em Subdesarrollo y Revolución, México Siglo XXI, México, 9a. ed., 1978, p. 36, nota nº 6.

À GUISA DE CONCLUSÕES

A produção de alimentos e o abastecimento alimentar constituem característica da racionalidade humana. Na atualidade, revestem-se de excepcional importância na divisão social do trabalho. Em particular devido ao fato de que garantir o consumo regular de alimentos, - fator determinante na reprodução econômico-social das grandes massas populacionais integradas no âmbito urbano-industrial, - é cada vez mais crucial para o bom desempenho da economia.

O estado do abastecimento alimentar no Brasil alterou-se significativamente a partir dos anos cinquenta. A rápida industrialização, o crescimento das grandes cidades, o aumento populacional e a expansão da renda urbana, verificadas nesse período, provocaram uma modificação substancial na estrutura da demanda interna, com crescimento da participação relativa de alimentos.

Antes, o abastecimento era encarado como problema de ordem técnica, cuja solução era associada diretamente ao desempenho do setor agrícola, acreditando-se que bastava apenas atingir o devido aumento do volume de produção. No período aberto com o grande empurrão ao processo de industrialização, a exigência de uma regularidade indispensável de funcionamento do setor do abastecimento, - principalmente para as classes trabalhadoras nas atividades urbano-industriais, - gerou uma estreita dependência do ritmo de industrialização à dinâmica deste. Nesse período, portanto, constata-se que para atender às novas circunstâncias, o Estado apelou para medidas de impacto e para formulação e aplicação de políticas de planejamento econômico, as quais consti

tuíam-se os primeiros passos firmes e ativos no sentido da regulação e orientação do setor de abastecimento alimentar no Brasil.

Assim, o abastecimento deixou de ser um problema para o qual se procuravam soluções apenas na esfera da agricultura, já que revelou-se ser já uma questão organicamente ligada à sustentação da reprodução industrial ampliada, isto é, à acumulação de capital.

Como é sabido, o papel da agricultura nas sociedades capitalistas sob base industrial, é o de contribuir para a diminuição dos custos dos insumos industriais (em particular dos produtos referentes à reprodução da força de trabalho), Esse fato reveste-se ainda de maior importância, nos países cuja industrialização é oligopolizada e dependente, como no caso brasileiro. Isto deve-se à relevância do papel econômico-ideológico que cumpre a diminuição dos custos, através da desvalorização da força de trabalho sob aviltados salários e da baixa capacidade aquisitiva de amplos contingentes populacionais dela decorrente, que asseguram os elevados índices de acumulação capitalista.

O que interessa destacar a respeito do abastecimento em países como o Brasil, é o fato de que apesar de ser a agricultura atrasada, "camponesa" - não obstante seu grande desnível sócio-econômico e o baixo desenvolvimento de suas forças produtivas - a grande produtora de alimentos, ela não é diretamente estimulada pelas políticas oficiais, o que melhor a qualificaria para atender as necessidades do próprio sistema capitalista. Isto porque o empenho oficial em favor do modelo de acumulação impõe um custo social alto (e da maior amplitude), que compromete o padrão alimentar; aquele condizente com a reprodução "sadia" da força de trabalho. O descaso oficial é detectado tanto na

instância do abastecimento enquanto produção (por exemplo, no Brasil dos anos cinquenta a regulação do abastecimento devia-se, em grande parte, ao simples mecanismo de realocação de produtos de alimentos), bem como na instância do consumo, cujo perfil tem espelhado uma desumana distribuição social da renda.

É de fácil percepção no Brasil, nesse período e a partir de então, o avanço de uma diferenciação qualitativa e quantitativa no perfil da demanda urbano-industrial. A essa reestruturação correspondeu uma reorganização da produção agropecuária, que também compartimentalizou-se: a produção de base familiar recuada na fronteira agrícola e respondendo pelo abastecimento de grãos para os segmentos sociais de baixo poder aquisitivo, enquanto que a produção alimentícia nos setores com tendências modernizantes voltou-se para os alimentos de maior valor nutritivo, destinados às classes de melhor nível de renda.

O Estado brasileiro, com suas políticas de direcionamento econômico, no período estudado, comportou-se como o intérprete e executor da racionalidade do sistema capitalista, na sua lógica e objetivo maior de lucro e de acumulação. A dinâmica do abastecimento constituiu-se tão somente reflexo objetivo do processo global do sistema sócio-econômico-político-institucional do qual faz parte. Este evoluiu, redefinindo e aperfeiçoando seus instrumentos na busca incessante de garantir as condições para a acumulação (capitalista), enquanto a esfera do abastecimento respondia imprimindo mudanças em suas diversas instâncias: de produção, de distribuição e de consumo.

Em consequência, a história da evolução do direcionamento do setor do abastecimento no Brasil pode ser contada em fases que correspondem às mudanças ocorridas nas modalidades do de

envolvimento urbano-industrial. Nos governos de Getúlio Vargas (1951-54) e Juscelino Kubitschek (1956-60), período objeto de nossa reflexão, o avanço industrial foi promovido evidentemente sob decidido empenho do Estado, que estruturado tecnoburocraticamente, colocou a sociedade num processo de ajustamento e de modernização (capitalista).

Assim aconteceu nos setores produtivos industriais de diferentes regiões do Brasil e no sistema de transporte. A antiga manufatura do Nordeste e a do Sul, de pequeno porte, cedeu espaço à nova e pujante indústria do Sudeste provocando uma reestruturação interna dessas economias regionais, num processo gerador e expulsor das populações excedentes expelidas pelas novas atividades econômicas que passaram a ocupar os espaços das anteriores. Daí surgiram os fluxos migratórios que foram dirigidos às terras da fronteira. O sistema de transporte rodoviário criado constituía o meio de acesso aos novos produtos industriais do Sudeste, para atendimento de um mercado agora já unificado. No entanto houve setores nos quais o ajustamento à nova dinâmica econômica, efetivou-se sem mudanças significativas no que se refere à organização social da produção, mesmo experimentando deslocamentos espaciais de vulto. Foi o caso da agricultura alimentar, que continuou atrasada, sem por isso colocar em risco a racionalidade do sistema e os interesses do capital. Assim a estrutura fundiária pode então se manter intocada, não precisando o Estado promover nenhuma política econômica específica - seja agrária, agrícola ou creditícia - de apoio e estímulo a tal setor.

Sob uma perspectiva imediatista que traduzia o plano de desenvolvimento econômico que interessava às classes no poder, a produção alimentar pôde ser deslocada de suas áreas origi

nárias, onde a estrutura fundiária concentrada e a pressão por terra limitavam seu desempenho, para "novas terras", onde poderia cumprir seu papel, atribuído ao abastecimento, a contento dos setores beneficiados pela acumulação industrial. Desse modo o sistema resolveu, de forma que deixou transparecer seu caráter classista, tanto o problema das tensões sociais nas áreas de origem, como a questão de garantir o abastecimento alimentar urbano-industrial, já que a pequena produção alimentar, nas terras novas, era capaz de produzir o indispensável para sustentar o avanço industrial. Dois elementos, inegavelmente, têm grande peso na explicação dos motivos que levaram à manutenção do sistema produtivo alimentar atrasado: a permanência da estrutura fundiária concentrada nas áreas de origem e a existência de abundância de terras disponíveis em regiões longínquas porém passíveis de colonização e exploração (por mais problemáticas que estas tenham se revelado posteriormente). A execução das políticas de infraestrutura de transporte (e de armazenamento) possibilitaram a atividade produtiva agroalimentar nas novas fronteiras agrícolas, que se viu reforçada pela modernização ocorrida no correspondente sistema de comercialização. O governo depositou grandes esperanças justamente no empresário da comercialização, ao qual inclusive deu apoio financeiro, para compensar a ausência de políticas oficiais específicas e do qual esperava que desempenhasse um papel catalizador dos processos de ajustamento do setor do abastecimento às exigências do modelo de desenvolvimento (do capital).

Na expectativa de ter o abastecimento assegurado, é que o governo de Getúlio Vargas limitou sua ação: por um lado à pesquisa e ao diagnóstico de possíveis pontos de estrangulamento no setor da distribuição, e por outro, a detectar os elementos que

incidiam mais fortemente na evolução do custo de vida, repercutindo diretamente no nível de consumo dos segmentos populares.

Esta visão, na prática, significou a manutenção do Serviço de Assistência de Previdência Social (SAPS) e a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), instituições que encarnaram o caráter imediatista, parcial e superficial no tratamento da problemática do abastecimento. Também o governo de Juscelino Kubitschek, conhecedor da problemática, inclusive pelos diagnósticos anteriores, (do abastecimento) e contando com a esplêndida experiência precedente de ocupação produtiva da fronteira agrícola, empenhou-se nesse ponto. O resultado foi a criação de toda a infra-estrutura necessária para poder integrar a massa de produtos das "novas terras" aos mercados em ampliação e aos que surgiram na sua administração, a exemplo de Brasília e cidades satélites circunvizinhas.

A nova divisão nacional do trabalho ficou assim configurada: o Sul, o Nordeste e o Centro-Oeste sobressaíram como produtores de alimentos e consumidores de bens industriais, enquanto que o Sudeste tornou-se importador de alimentos e supridor de modernos bens industriais. No entanto, é necessário não perdermos de vista o direcionamento governamental efetivo, estimulador da nova dinâmica da economia brasileira. A reorientação das economias regionais obedeceu à superior capacidade concorrencial do industrialismo no Sudeste. Os excedentes populacionais no processo econômico modernizado, constituíram o ponto culminante e a manifestação objetiva da reestruturação global da economia nacional, que tinha no Sudeste sua vanguarda e comando.

A principal conclusão a que chegamos é a de que sob o ponto de vista da lógica capitalista, materializada nas elevadas taxas de acumulação, o setor do abastecimento, nos anos cinquenta

ta, teve um desempenho bastante satisfatório. No entanto, ao pensarmos no abastecimento sob uma ótica social, a conclusão evidente, difere da precedente, já que as consequências das mudanças não foram as melhores para a grande maioria dos brasileiros. Isto porque o contingente populacional com responsabilidade produtiva e a massa consumidora urbana de baixa renda, embora assumindo papéis econômicos imprescindíveis - ao bom andamento do processo de acumulação no modelo implantado na época, - tiveram em contrapartida sua posição econômico-social relativamente diminuída e, particularmente, sua dieta alimentar modificou-se desfavoravelmente.

Concretamente, a conservação da estrutura fundiária então reinante, viabilizada pela opção escapista de uma maior ocupação e avanço das fronteiras agrícolas, significou em termos imediatos, a perda da possibilidade de luta pela conquista do acesso à propriedade da terra e sua democratização para um uso mais racional da mesma, que correspondesse aos amplos interesses sociais. O baixo poder aquisitivo das classes populares em geral, refletiu-se diretamente no seu inferior padrão alimentar, razão pela qual mesmo num processo de avanço econômico, não se tornou imperativo revolucionar a estrutura produtiva agrária anterior.

A despreocupação governamental quanto à importância sócio-humana e até econômica, de aumentar o padrão da alimentação das classes populares, por si só evidencia o posicionamento do Estado, nos anos cinquenta, em relação ao setor do abastecimento: na prática utilizando-o como instrumento para garantir as condições de viabilização das grandes conquistas econômicas da industrialização "modernizadora", em benefício da acumulação do capital, ao preço de mudanças controvertidas na dieta alimentar das massas trabalhadoras e do reforço ao processo de marginalização social.

+

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Lília da Rocha; FERNANDES, Lúcia Monteiro e PAIXÃO, Lyra. Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses e Dissertações.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento do Brasil: JK, JQ, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A Esquizofrenia no Planejamento, Rio de Janeiro, CPDA/EIAP/FGV, 8 de dezembro de 1978 (mimeo).
- CASTRO, Ana Célia e outros. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira, Brasília, Ed. Binagre, 1979.
- CASTRO, Armando Barros de. Aspecto da Interdependência Econômica entre a Estrutura de Consumo e Comercialização Agrícola, Piracicaba, ESALQ/USP, 1972. (Tese de Doutorado).
- _____ . 7 Ensaios sobre Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Florense, II vol. 1971.
- CHVIRKOV, Lú M. O Planejamento Econômico de Estado, Moscovo, Ed. Progresso, 1980.
- FARIA, Wilmar. O Sistema Urbano Brasileiro, Um Resumo das Características e Tendências Recentes, São Paulo, Ed. Estudos CEBRAP, nº 18, out-nov-dez/1976.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- JOECKMANN, João. "Padrões de Alimentação dos Industriários no Brasil", Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, out/dez. de 1955, nº 37, p. 301.
- JUNQUEIRO, P.. Abastecimento de Gêneros Alimentícios na Grande São Paulo, 1972 (mimeo).
- LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil - Observações sobre o Plano de Metas (1956-61), São Paulo, Ed. Perspectiva, Coleção Debates de Economia, nº 21, 1975.

- LESSA, Carlos, 15 Anos de Política Econômica no Brasil, Rio de Janeiro, Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE, 1964,
- LESSA, Carlos e DAIN, Sulamis, "Capitalismo Associado: Algumas Referências para o tema Estado e Desenvolvimento", Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise, Vol. I, 3.^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LINHARES, Maria Yedda L. e SILVA, Francisco Carlos T. da, História Política do Abastecimento (1818-1974), Brasília, Ed. Binagri, 1979.
- LOPES, Juarez R. Brandão, Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Cultural, São Paulo, Estudos CEBRAP, nº 6, out-nov-dez/73.
- MARTINE, George, Expansão e Retração de Emprego na Fronteira Agrícola, Rev. de Economia Política, nº 7, jul-set/82.
- MARX, Karl, Contribuição à Crítica da Economia Política, São Paulo, Martins Fontes Editora Ltda., 1977.
- MAURO MARINI, Rui, Subdesarrollo y Revolución, México, Siglo XXI, México, 9.^a edição, 1978.
- MELO, Fernando B. H. de, "Política Comercial, Tecnologia e Preços de Alimentos no Brasil", Estudos Econômicos, Vol. II, abr-jun/1981, nº 2, IPE/USP.
- _____, "A Agricultura de Exportação e o Problema da Produção de Alimentos", Estudos Econômicos, Volume 9, 1979, nº 3, IPE-USP, Tabela 4.
- _____, "A Política Econômica e o Setor Agrícola no Período do Pós-Guerra", Revista Brasileira de Economia, vol. 33, nº 1, jan-mar/1979, Rio de Janeiro.
- MOREIRA, Raimundo, O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.
- NAKATANI, Paulo, Salários e Acumulação no Brasil, Campina Grande, 1983 (mimeo).
- OLIVEIRA, Francisco de, A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.

- OLIVEIRA, Francisco de, Elegia para uma Re(li)gião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PADIS, Pedro Calil, "A Fronteira Agrícola". Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 1, jan-mar/1981, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- PAIVA, Ruy Muller e outros. Setor Agrícola do Brasil, Comportamento e Possibilidades, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, s/d.
- PAKMAN, E. Troctoli, A Essência e o Papel do Planejamento na Sociedade Capitalista, Raízes, Campina Grande, nº 2/3, jan-dez/1983.
- Sã JR., Francisco de, Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência, Seleções CEBRAP, São Paulo, nº 1, 3.^a ed.
- SANTOS, Milton, Economia Espacial, Críticas e Alternativas, São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.
- SINGER, Paul, A Crise do Milagre, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ———, Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975, Estudos CEBRAP, nº 17, jul-ago-set/1976.
- SOUZA, Nilson Araújo de, Crisis e Lucha de Clases en Brasil, 1974/1979, Tese de Doutorado, Universidad Nacional Autónoma de México, México, julio de 1980.
- VIEIRA, Alves de, Evolução do Padrão Alimentar da População de São Paulo, São Paulo, FIPE/USP, 1978.

A N E X O S

ANEXO I

TABELA I

CONSUMO ALIMENTAR DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DE AZEITE
(MAIS IMPORTANTES NA DIETA DA CLASSE OPERÁRIA EM 1955)

P R O D U T O	São Paulo		P. Alegre		Recife		Fortaleza	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Carne de boi (Kg)	99	1,91	100	5,63	87	1,27	100	1,73
Carne seca (Kg)	16	0,62	25	0,22	100	1,26	75	0,50
Galináceos (Kg)	20	0,46	29	0,73	-	-	-	-
Linguiça (Kg)	75	0,32	83	0,23	22	0,06	-	-
Salame (Kg)	37	0,24	75	0,48	-	-	-	-
Peixe fresco (Kg)	37	0,44	21	0,64	22	0,31	65	0,26
Leite fresco (Lt)	92	6,79	100	12,53	33	4,52	60	3,22
Queijo (Kg)	88	0,32	63	0,19	39	0,19	20	0,07
Ovos (Unidade)	96	11,7	79	13,23	67	4,34	45	3,14
Manteiga (Kg)	82	0,26	100	0,37	78	0,13	65	0,06
Banha (Kg)	78	0,70	100	1,03	89	0,15	100	0,36
Toucinho (Kg)	58	0,50	33	0,11	39	0,19	40	0,17
Azeite (Kg)	92	0,95	75	0,33	-	-	-	-

Fonte: João Jochmann. "Padrões de Alimentação dos Industriários no Brasil", Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, out/dez. de 1955, nº 37, p. 301, conf. LINHARES e SILVA, em História Política do Abastecimento (1918-1974), Brasília, Ed. Binagre, 1979, p. 145.

- (1) % das famílias consumidoras sobre o total das pesquisadas.
(2) Consumo médio mensal.

ANEXO IITABELA II

PREÇO DOS PRINCIPAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
(Em outubro de 1952)

	PREÇO POR QUILO (Cr\$)			
	São Paulo	P. Alegre	Recife	Fortaleza
Carne de boi	11,04	8,56	12,80	14,66
Banha	20,14	16,27	22,91	27,27
Manteiga	47,09	49,04	61,18	49,98
Leite	4,60	1,52	4,85	4,46
Açúcar	5,19	5,15	5,32	5,10
Arroz	7,91	4,67	6,69	5,16
Batata Inglesa	5,48	4,32	1,52	1,69
Feijão	5,18	5,05	7,26	6,21
Pão	6,54	6,46	7,19	7,00
Farinha de mesa	5,04	3,62	4,20	4,14
Banana	0,24	0,30	0,30	0,22
Café	34,54	34,77	29,95	22,18

Fonte: João Jochmann. "Padrões de Alimentação dos Industriários no Brasil", Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, out/dez. de 1955, nº 37, p.314, conforme LINHARES e SILVA, em História Política do Abastecimento (1918-1974), Brasília, Ed. Bina gre, 1979, p. 146.